

SÔBRE AS ORIGENS DA REPÚBLICA

EMÍLIA VIOTTI DA COSTA

A VERSÃO DOS CONTEMPORÂNEOS

Uma das tarefas mais difíceis do ofício de historiador é a crítica dos testemunhos. Ao descrever e interpretar o momento que estão vivendo, os homens traçam frequentemente uma imagem superficial e deformada dos fatos. O grau de comprometimento do observador, a qualidade e a quantidade das informações de que dispõe, sua maior ou menor capacidade de análise, a maneira pela qual se deixa empolgar por paixões e sentimentos refletem-se no seu depoimento. É regra elementar da pesquisa histórica submeter a documentação a uma crítica rigorosa e, no entanto, essa regra tão elementar é extremamente difícil de ser posta em prática e principalmente de ser bem sucedida quando se trata de criticar o depoimento testemunhal. A dificuldade é maior quando se estudam as reformas políticas, econômicas ou sociais e os processos revolucionários. Os temas que provocam controvérsias, que envolvem posições opostas, as situações históricas que produzem vencedores e vencidos dão origem a uma documentação testemunhal contraditória. Cada grupo explica a realidade à sua maneira, de forma diversa quando não, oposta aos demais, o que complica o trabalho do historiador e dificulta a crítica histórica. Um mero confronto das opiniões entre si não basta para esclarecer o que se passou. Não se trata de optar por esta versão e não aquela, porque esta nos parece mais lógica. É preciso utilizar outros tipos de documentos mais objetivos para poder julgar o grau de veracidade da informação testemunhal. Para que se possa entender um golpe de estado, ou uma revolução é preciso ter um conhecimento amplo da época, é preciso saber quais as transformações que se processam no quadro econômico, social e institucional. É preciso familiarizar-se

com as idéias em voga. Não basta conhecer os homens e os episódios, nem mesmo é suficiente saber quais suas opiniões e idéias, qual a sua forma de participação. Não basta conhecer as razões que os contemporâneos invocam, uns para justificar o movimento, outros para criticá-lo ou detê-lo. Ao estudar um golpe de Estado ou uma Revolução é necessário que o historiador procure além dos fatos aparentes, as razões de ordem estrutural que o motivaram, e que frequentemente escapam à consciência dos contemporâneos. É preciso indagar quais os grupos sociais que se associam para dar o golpe ou fazer uma Revolução, contra quem e contra que se dirige o movimento e em favor de quem e de que, e ainda quais as forças que se aglutinam na resistência. É preciso avaliar a extensão do movimento e acompanhar os sucessos posteriores, para verificar se constitui uma revolução que subverte um regime renovando os grupos dirigentes, alterando a ordem social e econômica, ou se não passa de mero golpe de estado motivado por interesses de minorias que procuram assumir a liderança deslocando outras minorias do poder. É necessário ainda verificar se o movimento atende a aspirações de extensas camadas da sociedade ou se satisfaz apenas a ambição de alguns indivíduos. O conhecimento dos acontecimentos posteriores e das mudanças que se operam na sociedade, na administração, na política, na economia, permite em parte responder a essas questões, mas é preciso indagar até que ponto as mudanças correspondem ao programa oficial, aos anseios do grupo revolucionário e até que ponto a Revolução se distancia dos objetivos iniciais e toma novos rumos, às vezes mais avançados, às vezes mais retrógrados do que pretendia, negando-se a si mesma, apegando-se a formulas passadas. Estas e muitas outras questões se impõem na análise de um movimento revolucionário.

A República vista pelos republicanos

Duas linhas de interpretação surgiram já nos primeiros anos: a dos vencedores e a dos vencidos, a dos republicanos e a dos monarquistas, aos quais vieram juntar-se com o tempo alguns republicanos que, desiludidos com a experiência,

aumentaram o rol dos descontentes que vinham exaltando as glórias do Império e ressaltando os vícios do regime republicano.

Os primeiros, lembrando as revoluções e pronunciamentos que, desde a Inconfidência, tiveram por alvo instalar um regime republicano no Brasil, afirmam que a República sempre foi uma aspiração nacional. Esposando uma idéia já enunciada no Manifesto Republicano de 1870 consideram a monarquia uma anomalia na América, onde só existem Repúblicas. Repetindo as críticas feitas durante o Império ao Poder Moderador afirmam que as liberdades foram cerceadas com grande prejuízo para a nação. Apontam as deficiências de D. Pedro como estadista. Criticam a centralização excessiva do governo monárquico, a vitaliciedade do Senado, a fraude eleitoral que possibilita ao governo vencer sempre as eleições, e consideram a República a solução natural para os problemas. A proclamação da República na opinião desses testemunhos foi a concretização de uma aspiração popular levada a efeito por um grupo de homens idealistas e corajosos que conseguiram integrar o país nas tendências do século.

"A monarquia condenada pela sua própria índole" tal é em síntese a observação resultante dos escritos de Suetônio numa obra sobre o Império editada em 1896 e que reúne artigos publicados no periódico "O Paiz" ⁽¹⁾. O autor procura mostrar que os males do Império advinham menos do Imperador do que da instituição de que ele foi ao mesmo tempo "o representante conspicuo e a vítima ilustre". Pinta, não obstante, um retrato pouco favorável do Imperador: "O poder pessoal do Imperador é incontestável, a ele cabe e somente a ele todos os males do seu longo Reinado, os homens públicos eram instrumentos de fácil manejo de que se servia" escreve Suetônio afirmando que o Imperador fez os governos que quiz e os manteve o tempo que bem entendeu.

Não é muito diferente desta a idéia de Oscar Araújo ao publicar em 1893 um livrinho em francês sob o título "L'Idée Républicaine au Brésil" ⁽²⁾. Enfatiza também as arbitra-

(1) Suetônio, "O Antigo Regimen. Homens e Coisas", Prefácio de Quintino Bocayuva, Rio de Janeiro, 1896, 256 págs. e apêndice, pág. 103.

(2) Oscar Araújo, "L'Idée républicaine au Brésil", Paris, 1893.

riedades e os abusos do Poder Moderador considerando que a manutenção da escravidão por tantos anos, a má gestão financeira, as guerras contra nações estrangeiras são devidas mais à incapacidade do soberano, do que à incompetência de seus ministros. Ao analisar a origem da idéia republicana afirma que a monarquia brasileira estava isolada na América e não tinha bases no Brasil. Atribue aos republicanos o papel principal na proclamação da República e aos militares um papel não só secundário como accidental ⁽³⁾. A síntese mais completa, neste período, é apresentada na obra de Felício Buarque: "Origens Republicanas — Estudos de Gênese Política" ⁽⁴⁾ publicada em 1894 com a intenção de refutar as afirmações feitas por Afonso Celso em "O Imperador no Exílio" ⁽⁵⁾. Começa afirmando que a democracia no Brasil tem origens étnicas no povoamento e que o regime republicano sempre constituiu aspiração nacional. Os tronos estavam por toda parte abalados pelas transformações econômicas e sociais que, uma vez desencadeadas, determinariam necessariamente o desaparecimento do regime monárquico. Como o problema originava-se de causas econômicas e sociais, sua resolução poderia ser retardada, mas nunca impedida. Partindo de uma concepção mecanicista da história afirma que a substituição das monarquias pela forma republicana de governo "é sobretudo uma fatalidade mecânica" ⁽⁶⁾. Aponta entre os fatores da proclamação da República a constituição etnográfica, a transição para um regime de trabalho agrícola e industrial de tipo europeu, as relações entre as nações americanas, a propaganda em prol da república promovida através de livros e jornais, a corrupção política e a deficiente administração do Império, a pernicioso influência do poder pessoal, a atuação do "numeroso partido republicano" existente em São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a repercussão da lei Áurea, a atitude da armada e do exército, má disposição em relação a um terceiro reinado e finalmente, o fator desencadeante do mo-

(3) Sobre o papel dos militares diz: "Le rôle accidentel des militaires dans l'établissement de la république et leur intervention nécessaire assurèrent à la transformation du régime politique, avait fait croire à quelques uns d'entre eux parmi les moins éclairés qu'ils étaient les maîtres des destinées du Brésil".

(4) Felício Buarque, "Origens Republicanas - Estudos de Gênese Política", Editora Edaglit, São Paulo. 1962.

(5) Afonso Celso pretendia defender o Imperador e o regime monárquico das acusações feitas pelos republicanos.

(6) Idem, ibidem, pág. 37.

vimento: a política levada a efeito pelo ministério de 7 de junho contra os republicanos e as classes armadas.

Atribue grande importância à atuação do partido republicano e seus órgãos de propaganda, salientando o papel de alguns elementos, entre os quais Silva Jardim. Diz que o Ministério Ouro Preto apresentara-se com tendências exclusivamente políticas, relegando a segundo plano os problemas econômicos e industriais, despertando desde o início forte oposição. Na ocasião da apresentação do seu programa à Câmara, dois deputados fizeram profissão de fé republicana. O Padre João Manuel dera vivas à República e Cesário Alvim gritara "Abaixo a Monarquia".

Com a intenção de demonstrar a falta de prestígio da Monarquia relata, entre outros fatos, alguns episódios ocorridos durante uma viagem que o Conde d'Eu fez ao norte do país. Silva Jardim, um jovem e ardente republicano embarcou no mesmo navio, com o intuito de promover a propaganda republicana, recebendo por toda parte os aplausos que o povo negava ao príncipe. Nos últimos meses de 1889 a idéia republicana recebia numerosas adesões e os conflitos entre os elementos da Guarda Negra: defensores da monarquia, e os republicanos multiplicavam-se. Analisando finalmente a questão militar procura demonstrar que ao assumir a liderança do movimento o exército foi o veículo das aspirações populares: "o povo selecionado no exército foi o grande operário do movimento". "O povo e o exército têm sido os maiores contribuintes da realização das aspirações nacionais". "Provindo dos elementos mais democráticos têm conjuntamente vibrado os mesmos sentimentos e concorrido para o mesmo fim, nas grandes emergências da pátria (7).

Acusa o Imperador de ter governado só para dominar e de dividir para governar, abusando dos golpes de estado e fazendo os conservadores realizarem as reformas propostas pelo liberais com o intuito evidente de anular os partidos. Repetindo uma opinião tantas vezes emitida escreve: "A política do Império de feição inteiramente pessoal só visou desprestigiar os caracteres insubmissos ao servilismo e elevar os que se curvavam aos acenos do poder supremo. Abusando das atribuições do poder moderador D. Pedro

(7) Felício Buarque, "Origens Republicanas...", cit., pág. 620.

aniquilou a independência dos outros poderes políticos com a onipotência do seu indômito querer" (8). Para comprovar essa afirmação transcreve críticas feitas por monarquistas e pela imprensa conservadora e liberal ao regime monárquico e ao Imperador. Algumas críticas já tinham sido divulgadas em 1870 pelo Manifesto Republicano com o objetivo de desmoralizar o regime. A seleção das citações é arbitrária: Felício Buarque reúne frases pronunciadas pelos políticos do Império em momentos de mau humor: durante as crises ministeriais, quando partidos e políticos eram atingidos pela ação do Poder Moderador. A maioria das acusações tinham sido pronunciadas durante acalorados debates parlamentares, quando os ânimos se exaltam e as palavras ultrapassam os limites das intenções (9). O fato delas provirem das hostes monarquistas dava-lhes, entretanto, aparência de autenticidade. Pois se os próprios monarquistas criticavam o regime, como duvidar que a monarquia fosse o governo Pessoal, o império do arbitrio e do servilismo? E no entanto, essas afirmações que, daí por diante, foram tantas vezes repetidas pelos historiadores expressavam apenas o desagrado dos políticos e não correspondiam a uma análise objetiva dos fatos. Testemunhavam

(8) Idem, *ibidem*, pág. 261.

(9) Anos mais tarde Oliveira Viana, em o "Ocaso do Império", procurando reabilitar a Monarquia retomou as mesmas citações dando-lhes, entretanto, uma outra interpretação. Elas testemunhavam a seu ver o desapego dos monarquistas à Monarquia. Entre as frases tantas vezes repetidas destaca-se a famosa apóstrofe transcrita em 1867 no Diário de São Paulo, órgão de monarquistas ilustres como João Mendes de Almeida e Antônio Prado — "Haverá quem ainda espera alguma cousa do sr. Pedro II? Para o Monarca Brasileiro só há uma virtude, o servilismo. Para os homens independentes e sinceros — o ostracismo. Para os lacaios e instrumentos de sua grande política — os títulos e condecorações". Outro dito que ficou famoso foi o de Ferreira Viana que começava dizendo: "Quarenta anos de reinado, quarenta anos de mentiras, de perfídias, de prepotência, de usurpação... e que concluía referindo-se ao Imperador como Príncipe conspirador, César Caricato", palavras pronunciadas no auge da campanha abolicionista quando tramitava pelas câmaras um projeto de lei para emancipação dos sexagenários que provocava grande celeuma nos meios políticos. Como sempre, atribuía-se ao Imperador a iniciativa da medida, e os descontentamentos recaíam sobre ele. Os estudos mais recentes têm demonstrado que a questão da abolição transcende de muito as intenções do Imperador e é uma questão econômica e social que dividiu a sociedade em abolicionistas e anti abolicionistas. Veja-se a esse respeito: Paula Beiguelmann, "Teoria e Ação no Pensamento Abolicionista", Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1962; Otávio Ianni, "As metamorfoses do Escravo", Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1962; Fernando Henrique Cardoso, "Capitalismo e Escravidão", Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1962; Emília Viotti da Costa, "Escravidão nas Areas Cafeeiras — Aspectos Econômicos, Sociais, Políticos e Ideológicos da Desagregação do Sistema Escravista", Reitoria da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1964.

mais o ressentimento de políticos feridos na sua susceptibilidade e cerceados na sua ambição do que retratavam o Regime Monárquico. Revelavam menos os desmandos da Monarquia e do Imperador do que a sua vulnerabilidade derivada da instituição do Poder Moderador, em virtude do qual o Imperador fôra colocado no centro das disputas pessoais e partidárias, comuns ao sistema parlamentar. Os republicanos da primeira hora consideravam, entretanto, aquelas críticas justas e verdadeiras. Aos seus olhos a monarquia era o regime de corrupção e de arbítrio, de violência e de injustiças e sobretudo do governo do Poder Pessoal, discrecional e alheio aos interesses do Povo.

Essa visão personalista e emocional dos fatos foi aceita sem restrições por alguns historiadores. Ao tentar a reconstituição da História do período exageraram o papel da Coroa atribuindo-lhe uma atuação muito maior do que ela poderia de fato ter, responsabilizando-a por todos os males, como se a vontade de um só homem pudesse explicar o processo histórico. Não é difícil verificar através de um estudo atento da bibliografia referente ao Império e à República a persistência dessa versão. Em algumas obras ela manteve-se quase intacta embora apareça disfarçada com as roupagens da erudição.

Encontra-se no estudo de Felício Buarque a maioria das explicações que os historiadores deram, a partir de então, para o movimento republicano e para a proclamação da República.

A sua versão dos fatos era a versão de um republicano, com a qual evidentemente não concordavam os monarquistas. Os protestos de Eduardo Prado e de Afonso Celso ⁽¹⁰⁾, o retrato que da República traçaram os autores da "Década Republicana" ⁽¹¹⁾, a imagem do Império e da República pintada pelo Visconde de Taunay ⁽¹²⁾ demonstraram que havia uma interpretação diferente dos fatos.

10) Eduardo Prado, "Fastos da Ditadura Militar no Brasil". Escola Typográfica Salesiana, São Paulo, 1902; Afonso Celso, "O Imperador no Exílio". Liv. Francisco Alves, s. d.; Visconde de Ouro Preto, "Advento da Ditadura Militar no Brasil", Paris, 1891.

(11) "A Década Republicana", Cia. Tipográfica do Brasil, Rio de Janeiro, 1908.

(12) Visconde de Taunay, "Império e República", São Paulo, 1933.

A versão dos monarquistas

Logo após a proclamação da República a voz dos monarquistas foi abafada pela euforia dos republicanos, reforçados com o cântico dos adesistas, pressurosos em demonstrar fidelidade ao novo regime. Mas a versão dos monarquistas não desapareceu. Os adeptos do regime deposto continuaram a dar a sua interpretação dos fatos e a elas aderiram em breve os desiludidos da República. Os livros, panfletos, manifestos e protestos divulgados pela imprensa "sebastianista" registraram a versão monarquista, segundo a qual a proclamação da República não passava de um levante militar, alheio à vontade do povo. Fôra fruto da indisciplina das classes armadas que contavam com o apoio de alguns fazendeiros descontentes com a manumissão dos escravos. Tinha sido um grande equívoco. O regime monárquico dera ao país setenta anos de paz interna e externa garantindo a unidade nacional, o progresso, a liberdade e o prestígio internacional. Uma simples parada militar substituíra esse regime por um outro instável, incapaz de garantir a segurança e a ordem ou de promover o equilíbrio econômico e financeiro e, que além de tudo, restringia a liberdade individual.

Não tinham ainda decorridos dois anos da proclamação da República e já o Visconde de Ouro Preto, último ministro da Monarquia, refutava a versão dos republicanos criticando especialmente o depoimento de Cristiano Benedito Ottoni ⁽¹³⁾. O retrato que faz do Império é completamente diverso do que era pintado pelos republicanos. O império não foi a ruína, foi a conservação e o progresso. Durante meio século manteve-se íntegro, tranquilo e unido o território colonial. Uma nação atrasada e pouco populosa converteu-se em grande e forte nacionalidade, primeira potência sul americana, considerada e respeitada em todo o mundo. Aos esforços do Império, três povos vizinhos deviam o desaparecimento do despotismo mais cruel e aviltante. O Império foi generoso com seus adversários. Proscreveu e aboliu de fato a pena de morte, extinguiu a escravidão, deu ao Brasil "glórias imorredouras", paz interna, ordem, segurança, liberdade individual como jamais houve em país algum.

(13) Cristiano Benedito Ottoni, "O Advento da República no Brasil", Tip. Perseverança, Rio de Janeiro, 1890, pág. 136.

O hino louvaminhas ao Império e à Monarquia representa os extremos da tendência Monarquista. A maioria dos historiadores, entretanto, que se filiaram a esta tendência não se distanciaram muito dessa perspectiva. Alguns foram conscientemente monarquistas, outros não, mas ao utilizar os documentos testemunhais, sem submetê-los à devida crítica, aderiram sem o perceber à versão dos monarquistas. Em vez de considerá-la apenas uma das faces da realidade e procurar conhecer as outras, confundiram a parte com o todo, a visão aparente com a realidade, a opinião com os fatos ⁽¹⁴⁾.

O Visconde de Taunay, político conservador e monarquista e um dos intérpretes desse pensamento, caracteriza a Monarquia como um regime dotado de qualidades verdadeiramente republicanas e ao mesmo tempo define a república como uma "paródia ridícula e sanguinária do regime democrático", "imposição e partilha de um grupo mínimo com exclusão absoluta da vontade e do voto do povo". Considera o quinze de Novembro fruto do desgosto da classe militar, do descontentamento dos fazendeiros em virtude da abolição e da habilidade de uns poucos republicanos históricos em explorar a situação. Na sua opinião a República no Brasil é como os demais governos da América Latina: "o governo pessoal", a república militar cafetista do Rio de Janeiro.

Essa foi, em linhas gerais, a opinião dos monarquistas e dos desiludidos da República que na ocasião já eram muito numerosos. Idealizavam o passado e com olhos pessimistas observavam o presente que se lhes afigurava uma época de desmandos e confusão. Enquanto os republicanos consideravam a república a concretização dos ideais republicanos, obra de um punhado de idealistas auxiliados pelas valorosas classes militares, os monarquistas diziam que as

(14) Veja-se como representantes desta tendência entre outros as obras de: Rocha Pombo, "História do Brasil", Rio de Janeiro, 1906, 10.º vol.; Joaquim Aurélio Barreto Nabuco, "Um Estadista do Império", 3.ª ed., Editora Nacional, São Paulo, 1936; Oliveira Lima, "O Império Brasileiro", Ed. Melhoramentos, s. d., São Paulo. Essas obras se enquadram dentro do que Stanley Stein, arguto intérprete da história do Brasil, chamou de historiadores da escola conservadora ou pró Império. Em nossos dias essa versão foi habilmente retomada por João Camilo de Oliveira Torres, "A democracia coroada (Teoria Política do Império do Brasil)", Rio de Janeiro, 1957 (J. Stanley Stein, "A historiografia do Brasil 1808-1889", in Revista de História, Vol. XXIX, n.º 50, págs. 81 a 133, São Paulo, julho-setembro 1964).

classes militares impregnadas de orgulho vão e minadas pela indisciplina haviam sido instrumentos de grupos civis desejosos do poder, desenganados da Monarquia ou ressentidos.

Um testemunho menos comprometido

Ao lado dessas interpretações eivadas de subjetividade apareciam, outras mais serenas, porque menos comprometidas. Max Leclerc, viajante francês que percorria o Brasil por ocasião da proclamação da República, deixou suas impressões num livro que se chamou "Cartas do Brasil" (15). "A revolução está terminada e ninguém parece discuti-la mas aconteceu que os que fizeram a revolução não tinham de modo nenhum a intenção de fazê-la e há atualmente na América um presidente da República a força. Deodoro desejava apenas derrubar um ministério hostil. Era contra Ouro Preto e não contra a Monarquia. A monarquia caíra. Colheram-na sem esforço como um fruto maduro" (16). Falara-se em cumplicidade dos fazendeiros, mas a seu ver, a verdadeira cumplicidade era a do silêncio e da força de inércia (17). "O edifício imperial, mal construído, edificado para outros tempos e outros destinos, já não bastava às necessidades dos novos tempos. Incapaz de resistir à pressão das idéias, das coisas e dos homens novos já se tornara caduco e tinha seus alicerces abalados" (18). Que forças eram essas, quais os grupos novos que exigiam uma mudança de regime Max Leclerc não diz, limitando-se a invocar as razões conhecidas para explicar o movimento de 15 de Novembro. Atribue a queda da Monarquia ao fato do poder estar concentrado nas mãos do Imperador que envelhecera perdendo o controle da situação, alude à má disposição existente em relação às perspectivas de um terceiro reinado, refere-se enfim a causas meramente circunstanciais.

Ficam assim configuradas algumas das versões sobre a proclamação da República que acabaram por se fixar na historiografia. Durante algum tempo os Historiadores opta-

(15) Max Leclerc, "Cartas do Brasil", tradução, prefácio e notas de Sérgio Milliet, Editora Nacional, São Paulo, 1942.

(16) Idem, ibidem, pág. 17.

(17) Idem, ibidem, pág. 21.

(18) Idem, ibidem, pág. 131.

ram por uma ou outra versão, ora dando crédito à versão monarquista, ora à republicana. Alguns procuraram acomodar as duas versões em uma interpretação eclética, tentando conciliar as contradições. Não foram em *geral muito além do que já havia sido dito pelos contemporâneos*. Os estudos parecem decalcar-se uns nos outros. Repetem as mesmas idéias, citam os mesmos fatos, transcrevem as mesmas palavras.

OS CONFLITOS DOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA E UMA NOVA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA

Com o passar do tempo, entretanto, novos elementos explicativos seriam acrescentados e se dariam aos fatos já conhecidos um nôvo valor.

As contradições presentes no movimento de 1889 vieram à tona já nos primeiros meses da República quando se tentava organizar o nôvo regime. As forças que momentaneamente se tinham unido em tôrno da idéia republicana entraram em choque. Os representantes do setor progressista da lavoura: fazendeiros de café das áreas mais dinâmicas e produtivas, elementos ligados à incipiente indústria, representantes das profissões liberais e militares nem sempre tinham as mesmas aspirações e interesses. As divergências que os dividiam repercutiam em conflitos no Parlamento e eclodiam em movimentos sediciosos que polarizavam momentaneamente todos os descontentamentos, reunindo desde monarquistas até republicanos insatisfeitos. Rompia-se a frente revolucionária. Representantes da oligarquia rural disputavam o poder a elementos do exército e da burguesia, embora houvesse burgueses e militares dos dois lados, em função dos seus interesses e ideais.

Com a passar do tempo, os descontentamentos multiplicaram-se. Era impossível manter a estabilidade e a paz quando havia tantos grupos disputando a liderança. A aparente fraqueza do regime recenciado dava esperanças aos monarquistas, que sonhavam com a Restauração. Os militares eram como sempre, solicitados a intervir nas questões políticas que dividiam a nação. Depois de um curto domínio da espada, as oligarquias cafeicultoras afirmaram-se no

poder garantidas por uma base econômica aparentemente sólida oferecida pela crescente produção cafeeira. O agitado período governamental do paulista Prudente de Moraes foi sucedido pelo governo também paulista de Campos Sales que conseguiu impor uma relativa calma ao cenário político ideando a “política dos governadores”. Entregou os Estados ao domínio das oligarquias locais, concedendo-lhes plena autonomia na direção dos assuntos regionais, e recebendo delas em troca o apoio de que necessitava na esfera federal. A fraude eleitoral campeava por toda parte, favorecida pelo voto a descoberto e pela falta de independência do eleitorado. Nos pleitos a oposição era sistematicamente sacrificada.

A verdade eleitoral consistia, no mais das vezes, na vontade que emanava dos palácios dos governadores ⁽¹⁹⁾. As oligarquias imperavam por toda parte, mas o seu domínio não se exercia sem a resistência dos grupos minoritários. Por outro lado as oligarquias que dominavam nos vários estados lutavam entre si no plano federal onde frequentemente se opunham à oligarquia paulista.

Em São Paulo os republicanos dividiram-se desde os anos iniciais da República. Nos primeiros meses do governo Campos Sales, a cisão manifestava-se nitidamente. Adolfo Gordo, Paula Souza, Bueno de Andrade, Cincinato Braga, Antonio Cajado, Edmundo Fonseca, Alvaro de Camargo, Alfredo Pujol opunham-se à “política dos governadores” ideada por Campos Sales. Os dissidentes paulistas aliaram-se à oposição. A sucessão de Rodrigues Alves abriu séria crise nesse estado.

Por outro lado, se a política financeira realizada por Campos Sales, sob pressão dos credores britânicos obtinha o apoio de certos setores, despertava em outros uma séria oposição.

A política exterior do governo Republicano despertara também desde 1889 numerosas críticas. Nem todos aprovaram a deliberação tomada pelo governo de estreitar relações com os Estados Unidos. A assinatura do tratado de reciprocidade comercial entre o Brasil e aquele país publicado no Brasil em 1891 suscitou comentários pouco favoráveis. Em

(19) Sertório de Castro, “A República que a Renovação destruiu”, Oficinas Gráficas Mundo Médico, Rio de Janeiro, 1932, 573 pags.

1894, Eduardo Prado fazia publicar "Ilusão Americana": uma espécie de contestação aos argumentos dos que pleiteavam uma aproximação maior com os Estados Unidos. Nessa obra comentava as repercussões daquele tratado no Brasil. Muitas firmas tinham sido prejudicadas com a medida. Um grande número de negociantes e industriais externou seu descontentamento através da imprensa. O Jornal do Comércio transcreveu críticas ao que era considerado um desastroso tratado. O governo americano isentava o café e certos tipos de açúcar de direitos de importação, mas recebia em troca, isenção de direitos sobre as farinhas de trigo e vários outros artigos americanos, obtendo ainda para os demais produtos uma redução de 25% nas tarifas de alfândega. As cláusulas prioritárias amplamente benéficas aos Estados Unidos prejudicavam empresas nacionais chegando a arruinar algumas ⁽²⁰⁾.

A política de aproximação entre Brasil e Estados Unidos que convinha aos cafeicultores que para lá enviavam boa parte do café, desagradava a outros setores da opinião. O inverso se poderia dizer em relação a política industrialista pleiteada pelos industriais que satisfazendo a estes desagradava à lavoura e ao comércio importador. Profundas divergências separavam os cafeicultores dos industriais quando se tratava de discutir a política de proteção a indústria. O governo pressionado por uns e outros desenvolvia uma política hesitante e instável descontentando finalmente a todos ⁽²¹⁾. Protecionistas e anti protecionistas divergiam na Câmara a propósito da política econômica. Industrialistas fervorosos como "Serzedello Correa, Barata Ribeiro, Lauro Muller, Osório de Almeida e outros do Grupo do Clube de Engenharia, estadistas e políticos principalmente do Estado do Rio e de Minas Gerais, como Nilo Peçanha, João Pinheiro, Francisco Sales, João Luiz Alves", refletindo além dos interesses industriais os interesses agro pecuários dêsses dois Estados ⁽²²⁾ opunham-se às diretrizes políticas traçadas pela lavoura cafeeira. A ideologia dos industrialis-

(20) Eduardo Prado, "A ilusão americana", 3.^a ed., Editôra Brasiliense, São Paulo, 1958 (a 1.^a edição do livro foi confiscada e suprimida pelo Governo Brasileiro. A 2.^a edição apareceu em 1894, no estrangeiro).

(21) Nícia Vilela Luz, "Aspectos do Nacionalismo Econômico Brasileiro. Os esforços em prol da industrialização", São Paulo, 1959 (Coleção da Revista de História XVI) publicado pela Difusão Europeia do Livro sob o título "A luta pela industrialização do Brasil".

(22) Idem, ibidem, pág. 96.

tas caracterizada por um tom nacionalista e protecionista opunha-se à ideologia anti protecionista das classes rurais que eram apoiadas pelos grupos importadores.

Os setores mais rotineiros da agricultura, apegando ainda a métodos tradicionais de produção e que viviam em estado de crise permanente desde o fim do Império, julgavam-se por sua vez, preteridos e prejudicados pela política econômica do governo que seguia as diretrizes traçadas pelos representantes das zonas progressistas, em franca expansão.

As queixas e descontentamentos indispunham uma parte da nação contra o Governo. A animosidade era dirigida particularmente contra a oligarquia paulista que detinha o Poder.

A conjuntura favorecia o aparecimento de novas interpretações do movimento republicano.

Ao iniciar-se o século vinte já se delineia claramente quais os beneficiados pelo movimento republicano e quais os sacrificados. As tendências inicialmente obscuras e confusas se tinham revelado nítidas ao olhos dos observadores. Configurara-se o domínio das oligarquias e a preponderância paulista. A vivência do processo sugeria novas explicações estimulando a revisão da História do Império e da República.

Em 1906, Coelho Rodrigues publicava um livro intitulado "A República na América do Sul", um pequeno e precioso livro cheio de idéias sugestivas e que é bem o reflexo de seu tempo. A partir da perspectiva que a experiência republicana lhe havia dado, sugeria uma nova interpretação do movimento Republicano.

"Não foi o povo, nem os chefes militares que fizeram a República, escreve êle, e sim os chefes doutrinários daqui e de São Paulo cujos fazendeiros esperavam dela os proveitos que têm monopolizado e os meios de conseguirem a separação dos quatro Estados do Sul, consignados a um Ministro Paulista do Governo Provisório e até hoje confederados em transparente segredo para tirarem da União o máximo em troca do mínimo possível" (23).

(23) A. Coelho Rodrigues, "A República na América do Sul", Eisiedeln, 1906. Nessa obra criticava também a política americanófila do governo da República.

Um nóvo dado aparecia na explicação do movimento republicano — a atuação dos fazendeiros do sul do país que teriam visto na República o meio de controlar o poder. Esta explicação embora extremamente sugestiva permaneceu mais ou menos ignorada dos historiadores, e foi preciso que as oligarquias cafeicultoras entrassem em crise para que ela fôsse novamente lembrada ⁽²⁴⁾.

Teorias civilistas e teorias militaristas

As imagens e interpretações da História do Império e da República até então traçadas foram daí por diante repetidas por um grande número de historiadores. Os cronistas e historiadores de tendências republicanas foram unânimes em apontar as deficiências do regime extinto considerando essas deficiências como a causa primordial da proclamação da República. Divergiam apenas ao caracterizar as forças que participaram do movimento.

Desde logo, se delinearam duas linhas de interpretação: a versão que se poderia chamar militarista e a versão civilista da proclamação da República. Essas versões eram o reflexo na historiografia das lutas políticas da época. Uma reivindicava para os militares, outra para os civis a glória do movimento. Uma condenava a atuação dos militares na política, considerando-a nociva. Outra acentuava os benefícios que tinham decorrido daquela intervenção. Naturalmente, ao escrever a história do movimento republicano, cada historiador acentuava alguns fatos, que lhe pareciam importantes deixando outros na sombra, dava ênfase a certos aspectos, minimizando outros, chamava atenção para certos episódios, ignorando outros, tudo isso em função da sua posição inicial: republicana ou monarquista, civilista ou militarista. Mesmo os historiadores que, como Oliveira Viana se pretendiam objetivos ⁽²⁵⁾, não escapavam às influências

(24)Veja-se mais adiante as interpretações de Normano e Nelson Werneck Sodré.

(25) Referindo-se à sua interpretação a propósito das questões militares diz Oliveira Viana no prefácio de sua obra "O Ocaso do Império": "Estas constituíram para mim um ponto extremamente delicado de análise, mas dada a autenticidade dos fatos estudados não creio que se possa acusar de excessiva a severidade com que julguei o papel do elemento militar nas nossas agitações políticas. Neste ponto como em todos os outros que são debatidos neste volume, penso ter feito obra de absoluta imparcialidade julgadora" (o negrito é nosso) (Oliveira Viana, "O Ocaso do Império", São Paulo, Ed. Melhoramentos, 2.^a ed., pág. 7)

do seu tempo. A posição que assumiam em face do presente refletia-se na interpretação dos fatos passados. Isso se tornava mais evidente na obra dos cronistas improvisados que constituíam a grande maioria dos que escreviam história na época.

A tensão entre elementos civis e militares existia desde o tempo do Império. Para proclamar a República uniram-se momentaneamente políticos civis e representantes das classes armadas. Passando o quinze de novembro, as hostilidades recomeçaram. Desde os primeiros tempos alguns políticos sentiram-se desorientados diante da ação dos militares. Tinham esperado talvez que depois de proclamada a República as classes armadas voltariam aos quartéis e o poder seria entregue aos civis. Fôra êsse aliás, o ponto de vista de Benjamin Constant, um dos principais líderes do movimento republicano no exército. Numa reunião realizada em fevereiro de 1887 pelos militares, Benjamin Constant, ao que parece, externou seu ponto de vista afirmando que si no regime democrático é condenável a preponderância de qualquer classe, muito maior condenação deve haver para o predomínio da espada que tem sempre mais fáceis e melhores meios de executar os abusos e as prepotências ⁽²⁶⁾. Mas essa não era a opinião de outros chefes militares. Floriano Peixoto manifestava-se favorável à ditadura da espada. Numa carta, enviada ao general Neiva, em 10 de julho de 1887, e que se tornou famosa tantas vezes foi citada pelos historiadores, escrevia a propósito da questão militar: "Vi a solução da questão de classe, excede sem dúvida a expectativa de todos. Fato único que prova exuberantemente a podridão que vai por êste pobre país e portanto a necessidade da ditadura militar para expurgá-la. Como liberal que sou não posso querer para meu país o governo da espada, mas não há quem desconheça, aí estão os exemplos, de que é êle que sabe purificar o sangue do corpo social que, como o nosso, está corrompido" ⁽²⁷⁾.

Proclamada a República, alguns civis, talvez temerosos de uma contra revolução, apoiaram a candidatura do Marechal Deodoro à Presidência da República, preferindo o militar ao candidato civil.

(26) Idem, *ibidem*, pág. 187.

(27) A. Ximeno de Villeroy, "Benjamin Constant e a política republicana", Rio de Janeiro, 1928.

O governo de Deodoro caracterizou-se por uma grande instabilidade política culminando com a sua renúncia à Presidência. Ao assumir o governo, na qualidade de Vice Presidente, Floriano Peixoto teve ocasião de pôr em prática suas idéias sobre a necessidade de um governo forte. As agitações não cessaram. Os numerosos atritos ocorridos no período contribuíram para acirrar os ânimos e criar antagonismos irreconciliáveis. Terminado o período governamental, Floriano entregou o Governo ao primeiro presidente civil.

Os primeiros anos da República foram anos de agitação. Revoltas, conflitos, conspirações eclodiam por toda parte. Em meio a toda efervescência sobressaía a ação das classes armadas.

Nos primeiros anos do século vinte a conjuntura internacional iria favorecer o desenvolvimento do militarismo. A mística militarista ganharia um notável reforço. No Brasil militaristas e civilistas degladiavam-se em torno da sucessão presidencial. Em 1910 a nação teve que escolher entre um líder militar e um civil.

A campanha eleitoral acirrou os ânimos da oposição, e Rui Barbosa apresentou-se como candidato civilista combatendo em discursos candentes a candidatura do Marechal Hermes e o militarismo. A opinião pública foi solicitada a manifestar-se pelo militarismo ou pelo civilismo. A vitória final do Marechal Hermes, ao invés de eliminar as tensões, agravou-as. A política de "salvação nacional" levada a efeito por ele, o expurgo de governadores, a intervenção das forças armadas no cenário político e na administração, fizeram re-credescer os antagonismos entre civis e militares. A questão empolgava a nação (28). Sob a impressão desses antagonismos seria reexaminada a história do movimento de 1889.

A versão anti-militarista não era nova. Já em 1889, Eduardo Prado, como bom monarquista, condenava nos "Fastos da Ditadura Militar no Brasil", o caráter de pronunciamiento militar que tivera a proclamação da República.

(28) Lima Barreto deixara em "Numa e a Ninfa" e as "Aventuras do dr. Borgoloff" uma admirável crônica desse período. "Numa e a Ninfa" foi publicada sob a forma de conto pela primeira vez na "Gazeta da Tarde", em 1911, desenvolvido em novela. As "Aventuras do dr. Borgoloff" datam de 1912 (Lima Barreto, "Numa e a Ninfa", Gráfica Editores Brasil Ltda., Rio de Janeiro, 1950).

Esta versão ganharia um nôvo significado em virtude do clima que se criava com a campanha eleitoral. Tobias Monteiro fazia publicar em 1913, ainda no período Hermes, uma obra intitulada "Pesquisas e Depoimentos para a História" ⁽²⁹⁾. Ao analisar o papel dos militares na proclamação da República apresenta-os como se não passassem de instrumentos nas mãos dos políticos ⁽³⁰⁾. "A maior praga destes países (escreve referindo-se aos países sul americanos) tem consistido na exploração do elemento militar pela velhacaria política". Nêles tudo favorece êsse desvio da função nacional da força pública. O fim principal dos seus homens de Estados, dos seus patriotas, deveria ser a implantação definitiva da autoridade civil e a subordinação das classes armadas ao seu papel único e meritório de garantia da ordem interna e da paz com o estrangeiro. Em vez disso sempre que se oferece uma situação delicada, em que um "elemento estranho" possa "desviar o eixo da política", não fala quem esteja disposto a acordar nos quarteis os soldados de prontidão e os venha trazer pelo braço, como salvadores do momento que transformam a espada em talisman.

Homens feitos para o mister de comandar, rarissimamente se poderão adaptar ao governo da sociedade civil, cuja tendência, cuja ambição é a conquista cada vez maior da liberdade, a independência cada vez mais acentuada da pressão do Estado. É, pois, natural que eles estranhem as transações e transigências da política, as suas acomodações, os seus manejos, a subordinação absoluta da autoridade à lei e à justiça, a sua dependência, embora indireta, dos outros poderes, cuja elaboração é indispensável à harmonia das cousas públicas ⁽³¹⁾.

Depois de uma série de considerações neste estilo sobre os inconvenientes da intervenção militar no governo civil, e que evidentemente tinham enderêço certo, Tobias Monteiro passa a analisar a situação do exército desde a Guerra do Paraguai afirmando que a partir de então se desenvolvera no país o militarismo e o caudilhismo, inspirados no exemplo das nações vizinhas. "Si não houvesse no âmago do exército

(29) Tobias Monteiro, "Pesquisas e Depoimentos para a História", Rio de Janeiro, Liv. Francisco Alves, 1913, 356 págs.

(30) Idem, ibidem, pág. 112.

(31) Idem, ibidem, pág. 113.

êsse germen de insubordinação, entretido sobretudo pela oficialidade letrada, não seria possível em 1887 avolumar um incidente sem maior importância até as proporções de uma ameaça de rebelião”.

Analisando cuidadosamente a Questão Militar procura mostrar que, favorecida pelas agitações abolicionistas, crescera a indisciplina nos meios militares e multiplicaram-se os choques com o poder civil; tudo isso levava à conspiração e à República.

Na década dos vinte a animosidade entre civilistas e militaristas recrudesceu principalmente em virtude dos levantes militares. Em 1923 José de Souza Soares publicava: “O militarismo na República”, obra escrita sob a impressão da revolução de 1924. O livro é violentamente anti-militarista e faz um retrospecto da participação das forças armadas na história da República, desde a proclamação ⁽³²⁾.

Os militaristas, entretanto, tinham outra visão dos fatos. Entre os numerosos depoimentos sobre a proclamação da República existem alguns que exaltam a participação dos militares. Um dos intérpretes desse pensamento foi um ilustre militar positivista Ximeno de Villeroy, autor de uma obra sobre Benjamin Constant publicada em 1928 ⁽³³⁾. Nesta obra depois de assinalar a mediocridade do Imperador como homem de Estado e criticar a desmoralização do meio em que atuou, analisa detalhadamente a questão militar. Definindo o pensamento de Benjamin Constant diz que a este sempre repugnara a interferência da espada no Governo. Comentando esse fato diz que os discípulos de Benjamin Constant também lamentavam que as classes armadas tão frequentemente tivessem sido levadas a abandonar os deveres profissionais para intervir na política mais ou menos revolucionariamente, mas lamentavam também a desmoralização dos poderes públicos.

“É um mal, um grande mal, mas de quem a culpa?”, indagava. “Duas causas principais concorrem para esta afli-tiva situação e cujo termo parece-nos afastado, uma de ordem geral e outra especial. Esta última consiste essencial-

(32) José de Souza Soares, “O militarismo na República”, Ed. Monteiro Lobato, São Paulo, 1925, 237 págs.

(33) A. Ximeno de Villeroy, “Benjamin Constant e a...”, cit., pág. 349.

mente no imoral predomínio dessa casta de politiqueiros profissionais que fez da política a arte de bater moeda; e aquela, na desordem permanente, na indisciplina geral em que vive o povo brasileiro..." (34).

Depois de analisar a participação dos militares no quinze de novembro atribuindo-lhes um importante papel, acentua que, ao contrário do que diziam os sebastianistas, o exército nunca pretendia implantar no Brasil a ditadura da Espada.

As divergências que lançaram civilistas e militaristas uns contra outros repercutiam na interpretação do movimento republicano. Fosse para louvá-lo, fosse para criticá-lo, acentuava-se o caráter militar do movimento e atribuía-se à *questão militar* um papel primordial na gênese da República.

Novas Perspectivas

Na década dos vinte apareciam numerosas publicações sobre o assunto. Vários anos tinham decorrido desde a proclamação e as decepções se tinham acumulado. A República revelara as próprias fraquezas. Profundas modificações anunciavam-se na economia e na sociedade. Os grupos sociais que em 1889 apenas se esboçavam, os industriais, a pequena e média burguesia e o proletariado urbano ganhavam importância e passavam a ter maior participação política. As exigências e pretensões dos novos grupos aliadas, as reivindicações dos setores que se viam prejudicados pelo predomínio da oligarquia paulista e mineira na política criavam um ambiente favorável à revisão da História do Império e da República. No mesmo sentido atuava a crise que atingia a economia cafeeira.

A guerra de 1914-1918 tinha acentuado as contradições. As revoluções de 1922 e 1924 polarizaram os descontentamentos e as aspirações represadas, expressando um anseio de mudança. Vivia-se um período revolucionário. Generalizara-se a idéia de que era preciso realizar profundas transformações no país. A inquietação social e política fazia ver aumentados os vícios da República e acarretava,

(34) Idem. *ibidem*, pág. 105.

em contraposição, a idealização da Monarquia. Uns, em face das dificuldades do presente, eram impelidos a idealizar o passado, outros procuravam nesse mesmo passado a origem dos males presentes. Apesar de contraditórias na sua motivação inicial essas atitudes em face do passado beneficiaram os estudos históricos, na medida em que obrigaram a um reexame da história determinando um interesse maior pelas questões mais profundas. Ao invés de se apearem aos fatos aparentes, os historiadores interessaram-se mais pelo mecanismo do governo Imperial.

A monarquia parlamentar parecia a alguns, mais perfeita do que o presidencialismo, fórmula que a República adotara no Brasil. O Império significava para estes uma época de progressos e de reformas tranquilas presididas por um rei sábio e justiceiro, a República se lhes afigurava um período de desordem sob o domínio das oligarquias. A velha tradição monarquista era revigorada ⁽³⁵⁾.

A geração que nascera com a República estava sob certo aspecto, mais apta do que a anterior para avaliar os acontecimentos que tinham culminado com a proclamação da República. Era fácil para os homens desta geração, mesmo para os monarquistas, atribuir aos políticos do Império as deficiências do regime. É exatamente essa a posição que Oliveira Viana assume em "*O Ocaso do Império*" ⁽³⁶⁾.

O fato de alguns historiadores tentarem nesta época reabilitar a Monarquia abriria novas perspectivas para o estudo

(35) "O Brasil, às vésperas da República era realmente em todos os seus aspectos políticos uma grande monarquia liberal representativa de forma parlamentar, organizada no gênero dos estados modernos que o historiador inglês H. G. Wells chamou de "repúblicas coroadas", escrevia José Maria dos Santos em "Política Geral do Brasil", São Paulo, J. Magalhães, 1930. "Havíamos firmado definitivamente nossa paz interna, estabelecido vitoriosamente pela diplomacia ou pelas armas a nossa situação internacional, formado o nosso direito privado sobre bases de uma tão grande elevação moral que já servia de modelo à organização civil de outros Estados, e colocado as finanças públicas em um tal pé de solidez e seriedade que o nosso país com os seus doze milhões de habitantes e nos limites dos seus recursos econômicos da época gozava de crédito que honraria qualquer dos maiores povos da terra" (Oliveira Viana, "*O Ocaso do Império*", cit.).

(36) Oliveira Viana, "*O Ocaso do Império*", cit. Na conclusão desta obra diz que "nascida dentro da república, sem compromissos com as gerações da propaganda, a sua geração não partilhava das idéias nem dos ódios da geração anterior e se começava a fazer justiça ao Imperador". "No meio da presente ferocidade dos partidos que se degladiam pela conquista do poder aveludando o sangue mais generoso os quatros cantos da nossa terra é que podemos apreender como era benéfica a sua ação moderadora, a ação do seu espírito cheio de tolerância e equanimidade" (Idem, *ibidem*, pág. 207).

do Império e possibilitaria uma análise mais objetiva de alguns problemas que até então não tinham sido suficientemente estudados pelos homens da geração precedente, diretamente comprometidos com o processo e portanto mais apaixonados e facciosos e que ou se limitavam a criticar o Poder Pessoal e o Imperador ou atribuíam a fatores meramente acidentais a proclamação da República.

Segundo a nova versão monarquista não fôra o Poder Pessoal quem controlara o Império e sim o Parlamento e sob êsse regime o Brasil chegara a ser leader incontestável dos povos sul americanos e a mais séria e considerada nação do Nôvo Mundo.

A partir das novas perspectivas tornou-se possível verificar que até então se exagerara o papel de D. Pedro na História do Império, quer para louvá-lo, quer para denegri-lo.

A obra de Oliveira Viana, "O Ocaso do Império" é sem duvida uma das mais importantes publicadas nesse período. Continua, sob certo aspecto, a tradição monárquica dos "sebastianistas", acentuando uma vez mais o caráter eminentemente militar do 15 de novembro, minimizando a importância do Partido Republicano e dos Positivistas. Ao escrever essa obra pretendia fazer uma história das idéias, "definir de uma maneira precisa o papel exercido na queda da monarquia pela idéia liberal, pela idéia abolicionista, pela idéia federativa, pela idéia republicana... e pelas fermentações moraes que determinaram as chamadas "questões militares", que constituem, na sua opinião, o fator primordial da proclamação da República. Naquela ocasião sua obra poderia ser considerada audaciosa, assim o julgava pelo menos Oliveira Viana. Dizia no prefácio que iria "depôr dos altares santificadores os falsos ídolos e pôr nêles os benfeitores dos povos, os creadores reais da sua história", em suma, "os verdadeiros heroes espoliados por aquêles intrusos na legitimidade do seu direito à glória" (37).

Não hesita em afirmar através de um estudo cuidadoso que foram os próprios monarquistas que solaparam as bases do regime. Analisando o mecanismo político partidário do Império diz que a característica essencial do governo parlamentar é ser governo de opinião, o que pressupõe uma opi-

37) Idem, *ibidem*, pág. 7.

nião pública organizada. Ao seu ver, opinião pública organizada capaz de governar nunca existira no Brasil, onde ela fôra quasi sempre reflexo das agitações européias, exprimindo apenas o pensamento de uma pequena parcela das classes cultas do país, impregnadas de animosidade partidária.

Os partidos políticos no Brasil não tinham opinião e eram simples agregados de classe organizados para a exploração em comum das vantagens do Poder. Não tinham programas ⁽³⁸⁾, e seu objetivo era a conquista do Poder e sua conservação ⁽³⁹⁾ porisso o Imperador se convencera de que não podia encontrar na opinião dos partidos nenhum índice seguro das correntes inferiores que porventura animavam a consciência do país. O processo eleitoral nunca fôra no Brasil guia seguro da opinião. Faltavam o espírito público, a organização de classes, a liberdade civil, tudo o que era na sua opinião necessário para um eficaz pronunciamento eleitoral. O grosso do povo era levado às urnas pela pressão dos caudilhos territoriais, faltos de espírito político. A estrutura social era simples e a vida politica concentrava-se quasi tôda numa classe única — a grande aristocracia territorial ⁽⁴⁰⁾ que era acompanhada pelas massas rurais. Nos centros urbanos a estrutura social era igualmente rudimentar e os “conflitos de classes” próprios das sociedades de alta organização industrial não tinham ainda razão de ser. Siquier havia antagonismos entre a população dos campos e das cidades. A corrupção do sistema eleitoral adulterava o resultado das eleições e falseava a consulta à nação. Tudo isso dera ao regime representativo no Brasil um caráter artificial D. Pedro agia como moderador. Procedia imparcialmente o revezamento dos partidos, provocando descontentamento nos meios políticos. Os politicos irritavam-se com o Imperador e contra êle desferiam suas criticas. O movimento em favor da descentralização e da federação que se acentuava a partir de 1868 fôra decorrente da indignação dos politicos contra a interferência do poder central. A

(38) Idem, *ibidem*, págs. 26 a 29.

(39) A pág. 41 escreve: “Em nosso país, com efeito, os partidos não disputam o poder para realizar idéias, o poder é disputado pelos proventos que concede aos politicos e aos seus clans. Há os proventos morais que sempre dá a posse da autoridade, mas há também os proventos materiais que essa posse também dá. Entre nós, a politica é antes de tudo um meio de vida: vive-se do Estado, como se vive da Lavoura, do Comércio e da Indústria. Os objetivos são personalistas e os politicos julgavam-se esbulhados quando o Imperador os fazia apearem-se do poder. Irritavam-se com o monarca”.

(40) Idem, *ibidem*, pág. 31.

partir do momento em que o ideal federativo começou a figurar entre as aspirações das nossas elites políticas, a monarquia estava condenada a ver desenvolver a seu lado o mais prestigioso elemento do sistema de forças que haveria de destruí-la ⁽⁴¹⁾.

Monarquia e federação eram no seu entender incompatíveis, já não o eram monarquia e descentralização como quisera o Visconde de Ouro Preto. A idéia de federação era em grande parte exógena, correspondendo a exemplos exteriores. República e Federalismo eram reivindicações corriqueiras na Europa e na América.

Ao analisar os atos do Imperador considera injustas as acusações que lhe haviam sido feitas tantas vezes. Tenta reabilitá-lo apresentando-o cheio de boas intenções e côscio de suas responsabilidades de chefe do govêrno, procurando corrigir os vícios do sistema. Conclue que tão só os ministros foram culpados de tôdas as deturpações do regime.

Afirma que nos últimos anos do Império notava-se um desamor progressivo dos partidos não só pela pessoa real, mas pelas próprias instituições. O fracasso da eleição direta acentuou a descrença nas instituições monárquicas e a abolição do regime servil agravou o sentimento de irritação contra elas.

A abolição fôra talvez o fato mais eficiente na generalização da idéia republicana. O movimento abolicionista tivera origem exógena, e a abolição resultara do poder coercitivo da idéia abolicionista.

Oliveira Viana não percebe que o processo de desagregação do sistema escravista no Brasil estava diretamente relacionado com as mudanças ocorridas na estrutura social e econômica do país durante a segunda metade do século XIX. Diz que o Imperador foi o grande centro irradiador das forças na aceleração da marcha abolicionista e que contra êle tinham convergido, por isso mesmo, as investidas mais ardentes dos escravocratas. A cumplicidade da dinastia com os abolicionistas (o que sabemos hoje ser duvidosa) ⁽⁴²⁾ compromete-a de maneira irremediável aos olhos da grande classe agrícola. "Ferida nos seus interesses mais essenciais e inteiramente abalada nos seus fundamentos

(41) Idem, *ibidem*, pág. 47.

(42) A esse respeito vejam-se os mais recentes trabalhos publicados sobre a Escravidão citados à pág. 68.

econômicos”, a classe fazendeira desamparou a Monarquia. Uma parte bandeou-se mesmo para o nôvo credo, julgando encontrar nêle a reparação da sua desdita ⁽⁴³⁾.

Analizando a atuação do partido republicano conclue que até 15 de novembro de 1889 os centros de propaganda republicana não tinham conseguido dar a seu ideal uma irradiação capaz de precipitar do trono o velho monarca. Era preciso uma outra força — para se chegar à República e essa força era o exército.

Na sua opinião, o grosso das forças eram conservadoras e sempre tiveram em suspeição a forma republicana de governo, embora também fôssem céticas em relação à Monarquia. Apenas os estudantes, os bachareis novatos, ou catedes filósofos da Escola Militar eram republicanos. O partido recrutava seus adeptos sobretudo na classe dos letrados ⁽⁴⁴⁾. Os republicanos eram principalmente gente das cidades e vilas e não gente do campo. Dentro do grupo de ideólogos da República e de amadores “ronflants”, destacava-se apenas um pequeno contingente, sólidamente alicerçado numa base filosófica: os positivistas. Estes tinham entretanto um campo limitado de atuação ⁽⁴⁵⁾, e sua influência era escassa, uma influência de crentes e não de credo, pois apenas alguns dos elementos prestigiosos na organização da república eram positivistas. Observa que os clubes republicanos concentravam-se em maior número no sul do país, onde também era editado o maior número de jornais republicanos, mas não explica porque isso acontece. Afirma apenas que os republicanos eram poucos e mal articulados ⁽⁴⁶⁾. A vista disso

(43) Esta tese era antiga. João Alfredo dizia que a república era um desabafo dos desgostosos (Oliveira Viana, “O Ocaso...”, cit., pág. 87).

(44) Idem, ibidem, pág. 116.

(45) Também a tese de O. Viana deve ser revista hoje diante dos estudos de Ivan Lins, “História do Positivismo no Brasil”, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1964, 661 págs.; João Cruz Costa, “Contribuição à História das Ideias no Brasil”, Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1956; João Camilo de Oliveira Torres, “O positivismo no Brasil”, Rio de Janeiro, 1943; João Cruz Costa, “O positivismo na República (Notas sobre a História do Positivismo no Brasil)”, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1956, 203 págs., Coleção Brasileira, Vol. 291. Esses estudos demonstraram que se foi pequena a penetração do Apostolado, o mesmo não se pode dizer de algumas ideias positivistas que atuaram sobre uma forma mais ou menos difusa e assistemática sobre o pensamento brasileiro até 1930 pelo menos.

(46) Num estudo minucioso e bem documentado sobre o Partido Republicano no Brasil George C. A. Boehrer estuda melhor esta questão. Conclue que a doutrinação do povo pelo partido republicano constituiu a sua maior contribuição para a Revolução, enquanto o contínuo e rápido aumento do número de seus adeptos deu à ideia o necessário prestígio. A prova mais significativa do valor da propaganda republicana parece-lhe residir na pas-

conclue: “É impossível, portanto, fugir à conclusão de que pela ação exclusiva desse congêrie de idealistas desorganizados seriam inexplicáveis os acontecimentos decisivos de 15 de novembro. O Partido Republicano não tinha por esse tempo, poder para operar tamanha transformação política. O ideal que ele propugnava, não havia ainda conquistado as maiorias populares, ao seu lado não estavam as grandes classes conservadoras e as figuras representativas do país. Os elementos que por ele batalhavam eram representados principalmente pela rapaziada inexperiente e sonhadora das escolas e careciam de prestígio político bastante para sacudir e abalar dos seus fundamentos o velho edifício da Monarquia. Não tinham força sequer para pôr abaixo uma oligarquia provincial como o demonstrava o fato de não conseguirem vencer as eleições. Nos bastidores, entretanto, confabulavam os republicanos, os políticos de casaca e os militares e “os truques de uma cabala feliz, tramada nos bastidores dos quartéis pelos políticos de casaca” haviam pôsto ao lado da ideologia republicana a arrogância e a indisciplina dos políticos de farda.

Ao estudar a questão militar procura acentuar que houve exploração dos militares pelos civis condenando ao mesmo tempo a participação das classes armadas na vida política do país. Nega, entretanto, que nas classes armadas houvesse o que se chamava militarismo e afirma que se o exército tivera papel relevante na política nacional, isso fôra devido à exploração dos militares pelos políticos de casaca. Os civis colocavam-se à sombra tutelar da espada, explorando nas classes armadas o pundonor profissional e o espírito de corpo. Mostra como no exército se desenvolvera desde longa data uma mentalidade de “salvação nacional” e como os militares se consideravam puros e patriotas, contrapondo-se aos civis aos quais consideravam corruptos e sem nenhum patriotismo. A mentalidade de salvação nacional predispuña-os à exploração política. Criticando a participação do militar na política afirma que este só deveria entrar na arena política sem a farda, isto porque, pelo seu próprio

sividade absoluta com que a maioria dos brasileiros presenciou o desaparecimento do regime (George C. A. Boehrer, “Da monarquia à República. História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)”, trad. de Berenice Xavier, Ministério da Educação e Cultura, 300 pags.).

determinismo, “a paixão partidária acabaria levando-o a transformar a nobre armadura de defensor da pátria em cangaço de salteador do poder”. Recomenda que os militares vivam como cenobitas devotados à grandeza de sua Ordem e ausentes das lides políticas. O cidadão de farda, diz ele, é sem dúvida uma atitude ambígua e monstruosa.

Vê-se bem que sofria influências do clima civilista que inspirara obras como as de Tobias Monteiro e de Souza Soares. A linguagem era a mesma e também as idéias.

Descrevendo os últimos meses do Império diz que a questão militar recrudesceu durante o ministério Ouro Preto em virtude da política que visava a reforçar o prestígio do poder civil. O plano do governo parece um acinte e era uma provocação às classes armadas. O movimento de 15 de novembro não tivera inicialmente nenhum intuito republicano, apenas visava a derrubada do ministério.

Rôra essa a intenção tanto de Pelotas quanto de Deodoro. Não estava nos planos destronar o Imperador a quem todos veneravam. A corrente republicana nunca passara de uma minoria no exército. Constituíam-se de uma pequena fração erudita, composta de jovens que “gastavam o seu ardor belicoso ganhando batalhas napoleônicas dentro das salas de aula de estratégia e movendo sobre a cartografia da mapoteca da Escola os seus exércitos vigorosos”. Os jovens militares eram positivistas e republicanos e sobre eles atuava o fascínio de Benjamin Constant.

Desencadeada a crise os republicanos aproveitaram-se do ambiente de hostilidade existente no exército em relação ao governo e assediaram Deodoro, concitando-o a proclamar a República. Em 10 ou 11 de Novembro Benjamin Constant, Quintino Bocayuva, Aristides Lobo, Glicério e outros líderes do movimento republicano reuniram-se em sua casa com o objetivo de forçá-lo a proclamar a República. Deodoro hesitou até o último instante e foi a pressão dos elementos republicanos que decidiu, à última hora, o movimento.

O ambiente era propício ao golpe. D. Pedro minado por insidiosa moléstia estava velho e alquebrado. Temia-se no país um terceiro reinado. O Conde D'Eu, príncipe consorte, não era nada popular. Sua surdez, a habitual incorreção de seus trajes, seu comportamento modesto tinham-no tornado pouco simpático aos olhos do povo.

O golpe de 15 de novembro foi aceito sem qualquer resistência. Estava proclamada a República.

Na opinião de Oliveira Viana, o fator desencadeante da República fôra a questão militar e a idéia de resolvê-la pela mudança das instituições políticas só ocorreria à última hora.

Influenciado pelas agitações militares de sua própria época, Oliveira Viana tendia a exagerar a importância da questão militar na proclamação da República. Menos do que obra de idealismo ou convicções políticas a atitude dos militares parecia-lhe fruto da indisciplina que grassava no exército. Igual opinião manifestava alguns anos depois José Maria dos Santos. Numa obra publicada em 1930 ⁽⁴⁷⁾, êle, à semelhança de Oliveira Viana, considerava a questão militar um ato de indisciplina e a proclamação da República, um incidente lamentável. Condenando a atitude dos militares dizia que em 1883 êles pretendiam apenas defender a economia pessoal, em 1886 visavam sobrepor o direito de manifestação do pensamento às obrigações que a disciplina militar lhes impunha, e finalmente em 1889 não tinham nenhum objetivo exato nem declarado. O que motivara os militares era o desejo de ostentar força, um irresistível ímpeto de prepotência, sem consciência certa de causa nem cuidado de consequências e que se exercia para sua própria satisfação. O chefe do movimento hesitara até o último instante sem saber que atitude tomar e ao se defrontar com o Visconde de Ouro Preto na sala do quartel general limitara-se a dizer que os ministros estavam demitidos não só por terem perseguido oficiais como por manifestarem o firme propósito de dissolver o exército ⁽⁴⁸⁾. Considerada nos seus fatores imediatos e decisivos, concluía José Maria dos Santos, “a proclamação da república naquele instante fôra um acontecimento a todos os respeitos lamentável”.

Tanto Oliveira Viana quanto José Maria dos Santos não escondiam a admiração que tinham pelo regime monárquico e as restrições que faziam à República e as classes armadas. A interpretação que davam aos acontecimentos que culminaram com a proclamação da República estava visivelmente marcada por essa posição.

(47) José Maria dos Santos, “Política Geral do Brasil”, J. Magalhães, São Paulo, 1930.

(48) Idem, *ibidem*.

O livro de Oliveira Viana teve na época uma grande repercussão. Ele era considerado um dos expoentes da literatura e seus estudos sobre a história do Brasil alcançavam rápido sucesso, conferindo-lhe grande prestígio. Suas obras vinham satisfazer o desejo de introspecção e auto-análise que a sociedade brasileira revelava em grau sempre crescente. Situando todos os problemas dentro de uma perspectiva idealizadora retratava os brasileiros tal como gostariam de se ver ⁽⁴⁹⁾. Em "Populações Meridionais e Evolução do Povo Brasileiro" imprimiria uma direção nova aos estudos históricos, conferindo-lhes um cunho sociologizante.

A interpretação que Oliveira Viana deu aos fatos que culminaram com a proclamação da República foi aceita pela maioria dos historiadores e passou a ser repetida em manuais e obras de divulgação.

Pandiá Calógeras ao publicar seu estudo sobre a "Formação Histórica do Brasil" ⁽⁵⁰⁾ explicaria a República da mesma maneira, com a diferença que incluía entre os fatores que acarretaram a queda da monarquia o conflito entre a Igreja e o Estado provocado pela questão dos bispos. Na opinião de Calógeras a questão religiosa, a abolição, a questão militar, a luta entre os partidos visando a conquista do poder, a incapacidade dos políticos, a subserviência da maioria ao Imperador e finalmente a propaganda republicana tinham sido os principais fatores da queda da monarquia.

Fixava-se assim um esquema que será repetido daí por diante na maioria dos manuais do ensino secundário ⁽⁵¹⁾. A república era fruto de ressentimentos acumulados: do clero contra a monarquia, dos fazendeiros contra a Coroa, dos militares contra o Governo, dos Políticos contra o Imperador. Somava-se a esse descontentamento a incompetência dos políticos do Império, incapazes de defender o próprio regime que representavam.

Se analisarmos melhor esse esquema veremos que sob as roupagens da erudição e da crítica disfarçava-se a versão

(49) Wilson Martins, "A literatura brasileira", Editora Cultrix, São Paulo, 1965, 311 págs. (Roteiro das Grandes Literaturas, vol. VI).

(50) Pandiá Calógeras, "Formação Histórica do Brasil", Cia. Editora Nacional, s. d., São Paulo.

(51) A única exceção realmente importante é a "História Nova do Brasil", (vol. IV) publicada em 1964 pelo Ministério da Educação e Cultura. Dirigida por Nelson Werneck Sodré, historiador brasileiro que vem se empenhando em

que os monarquistas tinham dado em 1889 aos acontecimentos. O único aspecto realmente nôvo era a crítica que O. Viana fazia aos políticos do Império. Era natural que Oliveira Viana estivesse mais a vontade para fazê-la do que Ouro Preto ou qualquer outro contemporâneo. No mais, a história se mantinha no nível da crônica e do testemunho.

Na década dos vinte, entretanto, alguns historiadores começavam a se interessar pelos aspectos econômicos e sociais da História e formulavam novas hipóteses sobre a queda da Monarquia.

Um dos primeiros a criticar as interpretações que até então se tinham dado aos acontecimentos foi Vicente Licínio Cardoso⁽⁵²⁾. Analisando o trabalho dos historiadores brasileiros dizia que a maioria só escrevia crônica ignorando os métodos modernos da sociologia, e porisso só era capaz de ter uma medíocre compreensão do passado.

A importância que atribuía aos estudos sociológicos explica-se em parte pela influência que o pensamento positivista exercia sobre ele. Era filho de um dos mais destacados positivistas da Escola Politécnica, e estava, como outros homens de seu tempo, a par das idéias de Augusto Comte. Não era um positivista ortodoxo. Aliás estes, como se sabe, sempre foram raros no Brasil. A influência do Apostolado na Sociedade Brasileira foi muito restrita, embora as idéias positivistas tivessem uma grande divulgação. Não há dúvida que a geração que fez a República e a que sucedeu foram ambas profundamente marcadas por essa doutrina, não pelo que ela tem de religião mas pelo que se poderia chamar a concepção positivista da vida. Havia na época muitos positivistas mais ou menos heterodoxos como Silva Jardim ou Benjamin Constant. Havia outros que embora

revisar a historiografia brasileira, a História Nova apresentou-se com o objetivo de recolocar os problemas a partir de nova perspectiva. A intenção, segundo os autores, era destruir os mitos oficializados pela historiografia tradicional. Com os sucessos de 31 de março a obra foi apreendida e a maioria dos autores foi submetida a inquéritos militares sob alegação de subversão. (Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Nelson Werneck Sodré e outros, "História Nova do Brasil", vol. IV, Brasiliense, São Paulo, 1964).

(52) Ao lado de Vicente Licínio Cardoso pode-se colocar Manuel Bonfim embora tenha este uma posição diversa do primeiro (Manuel Bonfim, "O Brasil na América (Caracterização da formação brasileira)", Liv. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1929. 464 págs. e o "Brasil Nação (Realidade e Soberania brasileira)", Liv. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1931). Suas obras revelam o desejo de encerrar a história do Brasil sob novos prismas e a preocupação em estudar os aspectos econômicos e sociais.

não pudessem sequer ser considerados positivistas revelavam nas suas opiniões sobre a educação, política ou história influências do pensamento de Augusto Comte.

Não se estudou até agora a influência que o pensamento positivista exerceu na historiografia brasileira, mas pode-se dizer que a veneração pela ação dos grandes homens e o culto dos heróis que os positivistas cultivaram contribuiu para que se acentuasse o gosto pelos estudos biográficos. Os adeptos do positivismo foram os principais responsáveis pela criação do culto de Benjamin Constant atribuindo-lhe uma atuação excessivamente importante na proclamação da República. Já em 1892 Teixeira Mendes, um dos chefes do Apostolado, publicava uma biografia de Benjamin Constant⁽⁵³⁾ ressaltando a influência que exercera sobre a oficialidade brasileira como professor na Escola Militar.

Por outro lado, o fato de positivistas como Demétrio Ribeiro, Anibal Falcão, Barbosa Lima, Borges Medeiros, Júlio de Castilho, Lauro Sodré, Rangel Pestana e Rodolfo de Miranda terem um papel de destaque na cena política levou os positivistas a exagerar a influência do positivismo na República, tese que Oliveira Viana procurou desmentir chamando a atenção para o pequeno número de pessoas inscritas no Apostolado em 1889⁽⁵⁴⁾.

Vários historiadores sofreram influências positivistas entre os quais Euclides da Cunha, João Ribeiro e principalmente Vicente Licínio Cardoso⁽⁵⁵⁾.

(53) Raimundo Teixeira Mendes, "Benjamin Constant. Esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do fundador da República Brasileira", 3.^a ed., São Paulo, 1937.

(54) Esquecia Oliveira Viana de frisar que se era pequeno o número de inscritos no Apostolado era grande o número de pessoas influenciadas pelas ideias positivistas, nos meios intelectuais e atuantes.

(55) Euclides da Cunha diz que com o ministério Rio Branco "O império constitucional atingira, de fato, o termo de suas transformações; e, de acordo com a própria lei evolutiva que o constituía, iria desintegrar-se submetendo-se por sua vez ao meio, que até então dominara, e aos excessos de movimentos que este adquirira". Diz que a influência das ideias novas do contismo ortodoxo ao positivismo desafogado de Littré, das conclusões restritas de Darwin às generalizações ousadas de Spencer, trouxeram as conquistas liberais do século e estas removeram no espaço de uma manhã um trono que se encontrava sem tradição e a muito abalado. Para Euclides da Cunha o que se viu a 15 de Novembro foi "uma parada repentina e uma sublevação; um movimento refreado de golpe transformando-se, por um princípio universal em força; e o desfecho feliz de uma revolta. Porque a Revolução já estava feita" (Euclides da Cunha, "A margem da História", 6.^a ed., Liv. Lello Irmãos Editores, Porto, 1946). A primeira edição data de 1909.

Em 1922 publicava Licínio Cardoso, numa obra coletiva ⁽⁵⁶⁾ sobre a República, dois estudos: um a propósito de Benjamin Constant e outro sobre as relações entre a Abolição e a República. Tentando estudar a história de maneira mais científica do que se fizera até então, procurava relacionar os acontecimentos políticos com as mudanças ocorridas na economia e na sociedade. "Em tôdas as revoluções, escrevia, há fundamentalmente um mal estar social inicial, consequência da insuficiência de soluções dos problemas econômicos básicos que presidem às condições de vitalidade do organismo social em jogo". Partindo dessa idéia procurava demonstrar que a proclamação da República era inevitável a partir do momento em que faltou à monarquia uma base social. No fim do Império os fazendeiros não eram monarquistas e a mocidade era republicana. As razões que levaram ao quinze de novembro vinham de longe. Eram principalmente razões econômicas e sociais. A proclamação da República não fôra, como diziam os cronistas, um acidente, nem era verdade que os militares tinham desempenhado o papel preponderante na mudança do regime. O quinze de novembro fôra a conclusão necessária de "premissas há muito estabelecidas". Todos os partidos políticos tinham concorrido para a proclamação da República, assim como todos os homens públicos desde o Imperador até o último deputado ou *jornalista uns pela ação outros pela inação*, uns pelo que praticaram, outros pelo que deixaram de praticar. A monarquia já estava condenada nos anos que antecederam à proclamação da República. Nessa época era preciso mais coragem em se dizer monarquista do que em se declarar republicano. Finalmente a lei áurea decretara a extinção da realza pois abalara os alicerces profundos que a sustentavam. A êsse respeito escrevia: "tem passado desaperecebido, a dependência em que estava o trono em relação ao escravo por intermédio do elemento nobre", elemento que é ao mesmo tempo senhor de terras e político militante... A subserviência do nobre ao rei é o reflexo da escravização do homem da gleba ao senhor da terra". Abolida a escravidão estava extinta a monarquia. A outorga de liberdade aos escravos fôra entretanto um recurso desesperador utilizado pela

(56) A. Carneiro Leão, "A margem da história da República. Ideais. Crenças e Afirmações. Inquérito por escritores da geração nascida com a República", 1924.

coroa na tentativa de deter o processo. Era o “último cartuxo queimado pelo Império em defesa do trono”. A partida estava no entanto, irremediavelmente perdida e essa medida surtiu o efeito contrário ao que a coroa esperava. Em vez de salvar o trono, o condenara.

Licínio Cardoso era o primeiro a chamar atenção para as conexões que existiam entre a monarquia e a aristocracia rural escravista, e a colocar o problema das relações entre a abolição e a República em bases novas. Até então a maioria dos historiadores dizia que a abolição provocara o descontentamento dos fazendeiros que aderiram a causa republicana. Afirmava êle que a abolição atingindo a aristocracia rural, suporte da monarquia, destruíra-lhe as bases.

Ao analisar a participação dos militares na proclamação da República aventava também uma idéa relativamente nova, ou pelo menos pouco lembrada: o exército representava um nôvo grupo social que se opunha aos interesses das elites agrárias. No ensaio sobre Benjamin Constant referindo-se aos oficiais escrevia que “aqueles moços pobres que vestiam a farda de cadetes e outros já oficiais que repetiam as lições do mestre não descendiam como os filhos da nobreza dos senhores de escravos” e porisso sem a inércia dos políticos aceitariam com alvoroço a idéa de um governo sem Rei.

As explicações de Vicente Licínio Cardoso embora brilhantes e audaciosas eram sumárias. Falava em profundas mudanças econômicas e sociais mas a única que realmente citava era a transição do trabalho servil para o trabalho livre e o consequente empobrecimento das classes rurais atingidas pela abolição. Apesar de sumária sua contribuição foi valiosa na medida em que êle procurou estabelecer conexões entre as instituições políticas e a estrutura social, observando correlações que haviam em geral passado desapercibidas. A menção às condições econômicas e sociais se tornaria a partir de então mais frequente. Os historiadores deixaram de se preocupar exclusivamente com os aspectos cronológicos e episódicos. Rejeitaram as explicações que apresentavam a história como se ela fôsse uma resultante direta da vontade arbitrária e independente dos individuos, desconfiaram das razões alegadas pelos testemunhos e procuraram motivos mais profundos para explicar a queda da

Monarquia. Tentaram relacionar os acontecimentos políticos com as mudanças ocorridas na sociedade brasileira nos fins do Império.

Surgiram assim novas versões sobre o ocaso do Império (57).

Não estava alheia à mudança de perspectivas a influência da historiografia estrangeira, particularmente da tendência que foi chamada nos Estados Unidos de New History e que se caracterizou por dar grande ênfase aos aspectos econômicos e sociais da História, tendência que já se esboçara nos fins do século XIX naquele país e que chegou ao Brasil com certo atraso (58).

UMA NOVA HISTÓRIA E UMA NOVA HISTORIOGRAFIA

A principal razão da nova orientação dos estudos históricos reside, entretanto, nas próprias transformações que se operavam na sociedade brasileira, contribuindo para a formação de um grupo particularmente interessado em analisar a realidade sob novos prismas. O país atravessava um período de crises e de transformações. A nova geração criticava o idealismo dos homens do passado, e condenava a sua alienação pleiteando uma visão mais concreta do Brasil.

O movimento modernista inaugurado com a semana de Arte Moderna em 1922 representou, de certa forma, no campo das letras e das artes, uma afirmação de brasilidade. O movimento não foi uma cópia do modernismo de Marinetti, não foi obra de mera imitação. Foi a manifestação do desejo de fazer da literatura e das artes plásticas uma expressão da nacionalidade.

A tendência já se esboçara há algum tempo. Lima Barreto, que, aliás, ficou à margem do modernismo, parecendo mesmo não o ter compreendido, revelava a mesma preocupação. O nacionalismo de Policarpo Quaresma um de seus personagens mais famosos; as contradições e perplexi-

(57) Evidentemente ao lado dessas novas tendências caminharam as tendências do passado. Ainda em nossos dias se publicam histórias da república dentro das perspectivas tradicionais.

(58) Stanley Stein, "A historiografia...", cit.

dades que o atormentam, bem como o seu triste destino, simbolizam o nacionalismo incerto e contraditório da nascente burguesia que se contrapõe ao “esnobismo” e ânsias de europeização das elites tradicionais. À semelhança de Lima Barreto, Monteiro Lobato também traçava em suas obras um novo retrato do Brasil. Em Urupês retratava a realidade cabocla. A figura do caboclo que ele pintava era mais do que um retrato, era uma denúncia, um protesto, um apêlo à ação. Era preciso abandonar a imagem idealizada do Brasil, era preciso revelar a verdade sobre o país, era preciso traçar uma imagem objetiva da realidade, assim pensavam os homens desta geração. Desde Urupês até o Escandalo do Petróleo e do Ferro, Monteiro Lobato esteve empenhado em defender a causa da nacionalidade.

O mesmo apêlo ao Brasil revelavam os fundadores da “Revista do Brasil”, que apareceu pela primeira vez em 1916, sob a direção de L.P. Barreto, Júlio Mesquita e Alfredo Pujol.

Olavo Bilac, que permaneceu à margem do modernismo, sendo alvo de inúmeros ataques e críticas, iniciara com o mesmo intuito nacionalista que norteou mais tarde os modernistas, a campanha que resultou na criação da liga Nacionalista e Liga de Defesa Nacional. Os homens da nova geração estavam empenhados em conhecer e analisar o Brasil, em prescrutar a realidade presente e passada.

A fase futurista e cosmopolita que o movimento modernista assumiu nas suas primeiras manifestações foi ultrapassada em 1924 quando se acentuou o tom nacionalista do movimento. Era um nacionalismo profundamente dividido entre duas opções: entre as soluções de direita e as soluções de esquerda. Enquanto os movimentos Pau Brasil e Antropofagia de Oswald de Andrade revelavam inclinação para a esquerda, o Verde Amarelo e a Anta de Plínio Salgado conduziam para a direita. Entretanto uns e outros eram conscientemente brasileiros. “Tupi or not Tupi, that is the question”, escrevia O. de Andrade no manifesto antropófago publicado na “Revista de Antropofagia” em maio de 1928, datado do ano 374 da deglutição do Bispo Sardinha.

Mesmo as tendências literárias regionalistas, que davam o tom à literatura Nordeste, que se opunham, em princípio,

às diretrizes do movimento modernista tinham em comum com este o fato de expressarem o desejo de penetrar a realidade nacional.

A verdade é que nessa época, fôsse por motivos tradicionalistas ou revolucionários, fôsse a partir de uma perspectiva de esquerda ou de direita, os escritores e artistas voltavam-se com paixão para as coisas brasileiras. Os estudos históricos muito lucrariam com esse estado de espírito.

Evidentemente os resultados das pesquisas nem sempre corresponderam às intenções de objetividade. Havia na época muitas limitações que prejudicavam a análise. Basta lembrar que Oliveira Viana a quem hoje se condena a falta de objetividade e o excesso de idealização da realidade brasileira — reprovava o idealismo dos políticos brasileiros escrevendo em 1922: “Só com o conhecimento positivo e concreto do nosso povo poderemos iniciar aqui um conjunto de reformas políticas que apresentem um verdadeiro ideal de melhor adaptação do nosso povo ao seu meio. O que é preciso é buscar em nós e não fora de nós a inspiração, só com os nossos elementos é que poderemos construir obra fecunda e grandiosa. Vemos que a nova geração se agita no sentido de reformas sociais e reformas políticas. Mas essa geração está colocada dentro das pontas desse dilema formidável: ou a geração volta-se, abandonando os antigos fetiches, para o seu país, estudando-o carinhosamente na sua estrutura, na sua mentalidade, no seu viver, nas suas crises, nas suas endemias naturais e sociais e terá assim constituído uma base realística para sobre ela erigir o seu idealismo orgânico, ou então irá buscar fora, nos exemplos e na obra feita de outros povos, mais senhores de sua dignidade, a inspiração do seu idealismo e reicindirá no nosso velho pecado de cem anos — e neste caso deixará de si, o mesmo rastro estéril, anti nacional das quatro ou cinco gerações que a antecederam” (59).

As palavras de Oliveira Viana expressavam o desejo de análise e de objetividade que empolgava os escritores do seu tempo. Mas ao criticar o idealismo do povo brasileiro e dos políticos que julgavam o Brasil igual aos demais paí-

(59) Oliveira Viana, “O idealismo na evolução política do Império e da República”, São Paulo, 1922.

ses, éle inconscientemente praticava um idealismo às avessas, idealizando os outros povos, ao mesmo tempo que idealizava a própria realidade brasileira que punha tanto empenho em conhecer.

Não obstante as limitações da época os escritores e artistas estavam todos empenhados em fazer um retrato realista do Brasil.

A par do interesse pelos temas brasileiros e o desejo crescente de maior objetividade, verificava-se também o engajamento consciente dos escritores e dos artistas. Repercutia no Brasil o dilema que dilacerava o mundo de entre guerras. Nos últimos anos da década dos vinte e durante toda a década seguinte as opções de direita e esquerda pareceram imperativas à maioria dos intelectuais ⁽⁶⁰⁾. Não se concebia o intelectual isolado, desligado da realidade, nem se aceitava a prática da arte pela arte. Os escritores condenavam o esteticismo. A palavra de ordem era fazer uma literatura e criar uma arte social, instrumentos de ação partidária e veículo de reformas políticas que pareciam a todos urgentes e necessárias. Essa tendência se evidenciaria de forma mais nítida nos anos trinta. Viviam-se num clima revolucionário que forçava as opções políticas e o engajamento do intelectual, estimulando o interesse pelos estudos de História do Brasil. Era preciso conhecer o país para poder transformá-lo. E para conhecer o país era preciso não só analisar o presente como estudar o passado.

As revoltas de 1922 e 1924 ⁽⁶¹⁾ que exteriorizavam os descontentamentos represados, tinham um conteúdo mais profundo do que se poderia supor ao ler manifestos revolucionários: revelavam as profundas mudanças que se operavam na estrutura econômica e social do país desde a proclamação da República e que a guerra de 1914 viera acelerar.

Entre 1889 e 1920 o número de estabelecimentos industriais existentes, passara de pouco mais de seiscentos para cerca de 13.000. A população operária que por ocasião da proclamação da República não ultrapassava a casa dos cinquenta mil, atingia mais de trezentos mil. O processo de

(60) Wilson Martins, "A literatura . . .", cit., pág. 106.

(61) Edgard Carone, "Revoluções do Brasil Contemporâneo, 1924 a 1958", São Paulo Editora S. A., São Paulo, 1965, Coleção Buri, pág. 73.

urbanização e a formação de uma burguesia citadina, cada vez mais numerosa e diversificada caminhavam par a par.

Nos grandes centros as condições da vida política se alteram. A população urbana passa a pesar na balança política. Nem sempre a massa tinha uma participação consciente, mas sua simples presença obrigava os políticos a cortejarem-na, disputando-lhe o apoio. Com a industrialização e a urbanização surgiam novos problemas e acentuavam-se as diferenças entre as várias regiões do Brasil. O profundo contraste entre zonas rurais e urbanas, entre áreas prósperas e decadentes criava tensões que se expressavam em conflitos na esfera política e eclodiam em movimentos revolucionários. A luta entre as oligarquias, a posição assumida pelo exército que se convertia no ponto de convergência das aspirações revolucionárias, o que era facilitado pela mística de salvação nacional que se desenvolvera nas suas fileiras desde os tempos do Império, tudo isso agitava a vida da nação. No mesmo sentido atuava o choque entre as tendências industrialistas agrárias, nem sempre possíveis de se conciliar. As divergências que dividiam as camadas dirigentes somavam-se às inquietações da pequena e média burguesia, cada vez mais numerosa e sempre vacilante entre o radicalismo e o conservadorismo, sem forças nem coragem para optar por uma solução radical e recuando sempre quando esta se apresentava. O proletariado organizava-se nos núcleos urbanos manifestando seus descontentamentos através de greves que se tornavam cada vez mais frequentes, embora fossem na maioria das vezes frustradas pela pronta intervenção dos poderes constituídos. Repercutiam no Congresso as reivindicações trabalhistas: jornada de oito horas, assistência aos acidentados em trabalho, melhoria do trabalho feminino, assistência ao menor, fixação da idade de 14 anos como idade mínima para admissão ao trabalho e outras reivindicações neste estilo. Surgiram jornais e panfletos operários.

Durante a guerra a agitação recrudesceu. Em 20 de março de 1919 Rui Barbosa numa conferência pronunciada no Teatro do Rio de Janeiro falava sobre questão social e política brasileira ⁽⁶²⁾. Chamando atenção para o fato de que as leis trabalhistas eram sempre inutilizadas pela má vontade

(62) Rui Barbosa, "A questão social e política no Brasil", Simões Editores, Rio de Janeiro, 1958.

dos grupos dominantes afirmava: nada se construiu, nada se adiantou, nada se fez neste campo. A sorte do operário continua indefesa desde que a lei, no pressuposto de uma igualdade imaginária entre ele e o patrão, e de uma liberdade não menos imaginária nas relações contratuais, não estabeleceu para este caso de minoridade social “as providências tutelares, que uma tal condição exige”.

Uma parte da sociedade adquiria consciência de que existia uma questão social que era preciso resolver. A imprensa promovia inquéritos sobre as condições de vida dos trabalhadores. As idéias socialistas encontravam um número cada vez maior de adeptos. Fundavam-se núcleos militantes procurando-se articular alguns desses novos grupos com a Terceira Internacional, surgida com a Revolução Russa de 1917. As idéias marxistas começaram a ser melhor conhecidas.

Foi dentro desse clima que apareceu o livro de Caio Prado Jr. “Evolução Política do Brasil (Ensaio de Interpretação Materialista da História Brasileira)” ⁽⁶³⁾, livro que publicado em 1933 lançaria as bases para uma nova interpretação do processo histórico brasileiro. O autor abandonando deliberadamente a visão tradicional, buscava escrever, segundo ele mesmo fazia questão de assinalar no prefácio, “uma história que não fôsse a glorificação das classes dirigentes”. Influenciado pelas idéias marxistas, Caio Prado escreveu um ensaio rico em sugestões, uma síntese rápida cheia de idéias novas, sobre a evolução política do Brasil. Era um trabalho pioneiro e pode-se dizer que, desde então, grande número de sociólogos e historiadores nada mais fez do que desenvolver e testar suas premissas. Hoje talvez ainda seja cedo para avaliar a sua importância mas se pode dizer, sem medo de errar, que ele iniciou o revisionismo na historiografia brasileira.

O livro apareceu exatamente na ocasião em que o processo histórico brasileiro entrou numa nova fase. A revolução de 1930 marcou o declínio das oligarquias cafeicultoras, atingidas pela crise do café e significou ao mesmo tempo,

(63) Caio Prado Jr., “Evoluções Política do Brasil”, Revista dos Tribunais, São Paulo, 1933.

a ascensão dos setores industriais, a projeção das camadas urbanas, no plano político nacional. Iniciava-se um novo período na história do Brasil e surgia uma nova historiografia.

Caio Prado Jr. rejeitava as explicações tradicionais. A república não fora uma reação contra os excessos do Poder Pessoal, como se afirmara muitas vezes. A política do Imperador sempre fora o reflexo das "forças que atuavam no seio da sociedade". A principal razão da queda da monarquia fora a inadequação das instituições imperiais ao progresso do país.

Forças surdas começaram a minar as bases do trono e embora a opinião republicana se alastrasse lentamente, é sensível o desprestígio em que caíram pouco a pouco as instituições monarquistas. O Império se mostrou incapaz de resolver os problemas nacionais, a começar pela emancipação dos escravos, de cuja solução dependia o progresso do país. Quando Ouro Preto tentou galvanizar o império moribundo com seu imenso programa de reformas era tarde: O Império agonizava. O espírito conservador e retrógrado encastelou-se numa série de instituições como o Senado Vitalício, o Conselho de Estado, instituições que frearam a marcha do país. A luta contra essas instituições conduziria à República. Uma simples passeata militar foi suficiente para lhe arrancar o último suspiro. As instituições primitivas como a escravidão, herdadas da antiga colônia foram varridas pelas novas forças produtivas que se desenvolveram no decorrer do século XIX.

Caio Prado deu à história da República uma interpretação inteiramente nova, embora trate o assunto de maneira breve, limitando-se a colocar o problema sem entretanto desenvolvê-lo. No estudo sobre a "Evolução Política do Brasil" dedica apenas um curto trecho à análise do advento da república. Referindo-se à inadequação do quadro institucional vigente às novas forças, quase nada diz sobre quais eram essas forças e como atuavam. Menos ainda sobre quais os grupos interessados na preservação do passado e quais os interessados nas mudanças.

Trata-se apenas de uma formulação inicial, que o autor desenvolveu em parte em obras posteriores, principalmente

na História Econômica do Brasil ⁽⁶⁴⁾. O estudo de Caio Prado abriu perspectivas para uma nova interpretação da História do Brasil. Suas idéias foram desenvolvidas por outros historiadores que, obedecendo à orientação semelhante, procuraram estabelecer a conexão entre a proclamação da República e as transformações ocorridas na estrutura econômica e social do país no decorrer do Segundo Império. As monografias sobre aspectos da história econômica do Brasil que apareceram, a partir de então, forneceram novos elementos para a compreensão do problema.

Contribuição de um economista

Num estudo sobre a "Evolução Econômica do Brasil", publicado em 1935 ⁽⁶⁵⁾, J. F. Normano embora não estudasse especificamente as origens da República, fornecia subsídios para a sua compreensão. Chamava atenção para um fato em geral pouco lembrado: durante o Império o Brasil foi dirigido pelo fazendeiro que administrou o país como se administrasse uma fazenda. O fazendeiro foi o autor da Independência brasileira, realizou a unificação do país, e o organizou, representando desde os primórdios uma das colunas mestras do Império. O país tornou-se com a Independência uma propriedade da classe dos fazendeiros. Constituía uma classe consciente de seus interesses e prerrogativas que só a influência das idéias liberais amenizava. Novos grupos, entretanto, tinham aparecido e adquirido importância no decorrer do Império, entre os quais os comerciantes, ligados ao comércio de importação e exportação, os industriais e finalmente os trabalhadores livres. A abolição da escravidão, destruindo a velha forma legal da fazenda, acelerou a mudança na estrutura econômica acarretando o aparecimento de um novo tipo de proprietário. Ao declínio do fazendeiro corresponderia o declínio do Império.

(64) Caio Prado Jr., "História Econômica do Brasil", Brasiliense, São Paulo, 1949.

(65) J. F. Normano, "Evolução Econômica do Brasil", Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1939. 313 págs., Brasileira, Vol. 152.

A revolução de 1889 significou apenas o término formal do declínio da monarquia. A república não foi consequência da abolição dos escravos, nem resultou do conflito entre o exército e o governo. A monarquia, planta exótica no continente americano, desmoronou porque lhe faltou a base que a sustentara durante mais de cinquenta anos. A república foi consequência de um longo processo. O declínio do fazendeiro deixou a monarquia sem uma base econômica e nem mesmo o encanto pessoal do Imperador poud deter as aspirações da nova classe urbana ⁽⁶⁶⁾.

No quadro impressionista que Normano pintou do Império e da República os historiadores encontrariam numerosas sugestões e idéias novas. Fizeram-lhe muitas restrições, criticaram a insuficiência de dados, os erros de cifras, a audácia de opiniões, mas poucos deixaram de acatá-lo. A frequência com que Normano foi citado daí por diante demonstra a fecundidade de suas idéias.

O revisionismo marxista

O revisionismo da historiografia brasileira anunciado pela obra de Caio Prado Jr. foi continuado principalmente pelos autores marxistas empenhados em combater os mitos fixados na historiografia tradicional. Embora diverjam na maneira pela qual aplicam o método dialético, estão todos interessados em estudar os fatos políticos à luz das transformações ocorridas na infra estrutura. Entre eles destacam-se Nelson Werneck Sodré ⁽⁶⁷⁾ e Leôncio Basbaum. O primeiro, em virtude da repercussão que vem tendo seus trabalhos obrigando os setores acadêmicos, que nem sempre estão de acordo com as suas idéias ou com os esquemas simplificadores que adota, a discutirem suas afirmações. A insistência com que esse autor divulga suas teorias e a receptividade que seus trabalhos vêm encontrando entre os representantes da nova geração faz supor que a historiografia brasileira estará em parte empenhada nos próximos anos

(66) Idem, *ibidem*, pág. 99 e sgs.

(67) Nelson Werneck Sodré trata da queda do Império e das origens da república em vários livros: "Panorama do Segundo Império", publicado em 1939, "Formação da Sociedade Brasileira" (1944), "Formação Histórica do Brasil" (1962) e "História da Burguesia Brasileira" (1964).

em rever algumas de suas afirmações. Leôncio Basbaum por sua vez publicou uma obra em três volumes sobre a República, dedicando o primeiro ao estudo das origens da República ⁽⁶⁸⁾.

Em 1939, Nelson Werneck Sodré publicava "Panorama do Segundo Império". Ao explicar a queda do Império afirma que a monarquia desapareceu menos pela oposição que lhe moviam do que pela sua própria fraqueza, pela sua falta de base, pela indiferença, apatia e neutralidade de muitas das forças que a haviam apoiado no passado. "Vítima de suas próprias fraquezas" o regime ruíu sem gravames. Dentro do seu próprio ventre se haviam gerado as forças que o destruiriam, forças cujo aparecimento e cujo desenvolvimento ele ajudara ou propiciara, ou esquecera, e que iriam destruí-lo sem que encontrassem oposição ou reação". O regime estava só ⁽⁶⁹⁾ e incapaz de resistir, era um regime sem alicerces ⁽⁷⁰⁾, sem uma ideologia que o amparasse ⁽⁷¹⁾. Uma a uma as forças vivas do país se divorciaram do Império e se tornaram indiferentes à sorte do regime ⁽⁷²⁾. A centralização excessiva que caracterizava o Império alienara o apoio das províncias. A fragmentação da propriedade, a retirada de prerrogativas e finalmente a abolição enfraqueceram a elite agrária e destruíram as oligarquias. O desenvolvimento da imigração alienou por sua vez o apoio da lavoura paulista. Por outro lado o desenvolvimento do arcabouço administrativo e o processo de urbanização deram origem a novo grupo social: a elite dos letrados. Finalmente a questão religiosa, consequência da centralização, alienou o apoio do clero, "força social de primeira ordem". Tais foram os fatores que minaram o edifício monárquico ⁽⁷³⁾. A ação do partido republicano foi pouco significativa. O partido não passava de uma minoria não tendo o apoio das forças vivas do país. Não chegou sequer a elaborar uma ideologia muito clara, aquele tipo de ideologia que se forja no calor dos debates e revêzes. Não influiu como partido. Venceu pela fraqueza dos outros. Apenas em São Paulo ele

(68) Leôncio Basbaum, "História Sincera da República", 2.^a ed., São Paulo, Edições L. B., 1963, 3 volumes, Coleção Temas Brasileiros.

(69) Nelson Werneck Sodré, "Panorama do Segundo Império", 1939, pág. 340.

(70) Idem, ibidem, pág. 351.

(71) Idem, ibidem, pág. 354.

(72) Idem, ibidem, pág. 356.

(73) Idem, ibidem, pág. 335.

chegou a ser um partido na verdadeira acepção da palavra, vinculado a uma tradição possuindo quadro organizado, eleitorado próprio e chefes. Nas demais províncias os republicanos não passavam de um “agrupamento sem coesão e sem disciplina, sem quadros e sem chefes prestigiosos”. O partido republicano teria assim um papel apagado e secundário no processo político do segundo Reinado ⁽⁷⁴⁾.

Segundo Nelson Werneck Sodré, a queda da Monarquia assemelhou-se ao despreendimento de um fruto maduro. A república não trouxe nenhuma classe nova ao poder, não emancipou os espoliados, não alterou o regime de propriedade. As reformas mais importantes: federação, temporariedade no senado, e outras do estilo só teriam repercussão passados alguns anos. “De imediato não houve senão mudança de figurino, mudança de personagens principais. Não houve uma revolução com o triunfo de uma ideologia nítida”.

Alguns anos depois, ao publicar a “Formação da Sociedade Brasileira”, ⁽⁷⁵⁾ Werneck Sodré mantém as linhas gerais do seu quadro explicativo. Dá apenas maior ênfase à participação do exército na proclamação da República.

Considera o fim da guerra do Paraguai um marco que assinala o ponto crítico da curva ascensional do domínio da burguesia rural que sempre foi o esteio do Império. Daí por diante essa classe recebeu golpes sucessivos e como estava associada ao Império, ao arruinar-se arruinou-o também. Um novo elemento apareceu em cena — o exército. Embora seus elementos mais representativos se distribuissem entre os partidos dominantes, o exército falava, às vezes, como uma entidade autônoma, principalmente quando se tratava de problemas que o tocavam de perto, e que diziam respeito à sua vida, organização e prerrogativas. Os militares discutiam as questões como homens do exército e não como homens de partido. Constituíam assim uma força nova, sem função política definida, mas que atuava na vida política e representando de certa forma os grupos sociais até então inferiorizados na escala social e que tinham pouca ocasião de se manifestar ⁽⁷⁶⁾.

(74) Idem, *ibidem*, pág. 351.

(75) Nelson Werneck Sodré, “Formação da Sociedade Brasileira”, José Olympio, Rio de Janeiro, 1944.

(76) Idem, *ibidem*, págs. 310 e 312.

Pondo de parte essa tese, à qual dará um grande desenvolvimento em trabalhos posteriores caracterizando o exército como representante das classes médias, o autor não introduziu novidades em relação ao seu trabalho anterior. Explicava a República como resultado das mudanças ocorridas na estrutura social e econômica do país. A decadência das oligarquias tradicionais ligadas à terra, a abolição, a imigração, o processo de industrialização e urbanização, o antagonismo entre as zonas produtoras e a campanha pela federação, contribuíram para minar o edifício existente e para deflagrar a subversão. Esta foi favorecida pela expansão dos meios de difusão de pensamento e pela repercussão que aqui teriam os movimentos ocorridos no estrangeiro.

A transformação das instituições correspondeu à dissociação de forças que vinham predominando e ao advento de outras forças geradas pelas novas condições econômicas, mormente na zona centro sul, polarizadora da existência nacional. Os representantes destas áreas em ascensão onde se verificava concentração demográfica e enriquecimento progressivo, opunham-se aos representantes das áreas mais antigas e em decadência.

As contradições do processo histórico brasileiro foram novamente estudadas pelo autor, em uma obra publicada em 1962 sob o título "Formação Histórica do Brasil" ⁽⁷⁷⁾, onde retoma idéias enunciadas anteriormente. Dá maior ênfase nessa obra à atuação das classes médias na proclamação da República, embora não deixe de reconhecer a importância da cisão que se verifica nas classes rurais, entre os representantes das áreas mais dinâmicas e progressistas e os representantes das áreas decadentes e em crise, que permaneciam ancoradas na estrutura colonial de produção. Enquanto os primeiros aceitavam inovações e abandonavam as velhas técnicas de produção eliminando o trabalho escravo, esposando relações capitalistas de produção, ansiando por reformas na medida em que ganhavam forças, os demais permaneciam apegados ao trabalho escravo, ao velho sistema de produção e enfraqueciam a olhos vistos. A forma monárquica de Governo que servia ainda a estes grupos

(77) Nelson Werneck Sodré, "Formação Histórica do Brasil", Brasiliense, São Paulo, 1962.

que a haviam adotado para assegurar o contrôlo do poder por ocasião da Independência, já não serviria aos grupos mais progressistas que necessitavam "dominar sem partilha o aparelho do Estado, para colocá-lo inteiramente a seu serviço". Estes dariam acolhida às idéias mais avançadas: abolição, reforma eleitoral, federação e finalmente à idéia republicana e não seria por acaso que o partido republicano teria em São Paulo seu núcleo mais efetivo.

Os representantes das classes médias encontraram no núcleo progressista das classes rurais apoio para levar a efeito suas idéias. A república resultou da aliança entre grupos ativos da classe média e representantes do setor mais dinâmico da classe senhorial interessados na mudança do regime.

Compunham a classe média diversas frações, representantes das profissões liberais, militares, religiosos, estudantes e intelectuais, os pequenos produtores agrícolas, particularmente os que provinham da imigração e da colonização, as pessoas dedicadas ao comércio interno e externo, e os numerosos elementos ligados ao aparelho do Estado ⁽⁷⁸⁾

As alterações ocorridas no Brasil na segunda metade do século XIX acarretando o desenvolvimento da classe média criavam a necessidade de sua participação efetiva no campo político. Entre os elementos mais ativos dessa classe e que maior influência exerciam na sociedade destacava-se o clero ⁽⁷⁹⁾ que sentia de perto os problemas das camadas

(78) Tentando uma conceituação da classe média diz que "a ela pertencem todos os que não exploram o trabalho alheio em escravidão ou servidão". Embora alguns de seus elementos possam se valer subsidiariamente do trabalho alheio remunerado e até mesmo de formas de trabalho escravo doméstico. A crítica a essa tese sobre o papel das classes médias na proclamação da República foi feita por Nícia Vilela Luz, "O papel das classes médias brasileiras no movimento republicano", Revista da História XXVIII (57): 13-28, Janeiro-Março, 1964. Sobre o conceito de classe social consulte-se a obra de Georges Gurvitch: "El concepto de clases sociales, de Marx a nuestros días", Buenos Aires, Galatea Nueva Vision, 1960, 182 págs.

(79) A apresentação do clero como um grupo a parte desvinculado das classes senhoriais nos parece forçada, pois sabemos que frequentemente foi o oposto que sucedeu. No campo e na cidade, por exemplo, o clero apoiava a escravidão limitando-se a recomendar obediência e resignação aos escravos e benevolência aos senhores. A caracterização do exército como representante das classes médias também nos parece um tanto forçada. Sabemos que a origem dos indivíduos é muito menos importante para definir sua atitude do que seu status. O exército sempre esteve dividido. De certa forma ele reproduziu em miniatura as contradições existentes na sociedade. Isso não impede, evidentemente, que ele tenha sido muitas vezes o veículo de aspirações existentes na sociedade, entre elas as aspirações da classe média.

desfavorecidas da população. “Daí suas manifestações de rebeldia, sua adesão às idéias liberais, sua capacidade de comando, sua aptidão ao sacrifício e os seus vínculos com a classe que não explorava o trabalho alheio e que lhe fornecia os quadros”. A questão religiosa seria a manifestação exterior dessa realidade. Os militares, por sua vez, recrutados entre as camadas média e inferiores da sociedade constituíam outro componente importante da classe média que esposava as idéias liberais que a classe senhorial abandonava por inúteis e até prejudiciais aos seus propósitos. Padres, militares, funcionários, pequenos comerciantes constituíram com o passar dos tempos, o núcleo onde proliferaram as idéias novas.

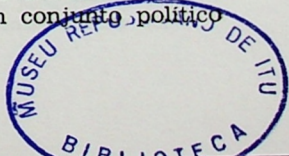
A classe senhorial dominava o aparelho do Estado. “A Monarquia representa os seus interesses, o Conselho de Estado e o Senado vitalício, a sua força absoluta, os partidos, as eleições, os governos provinciais, a Câmara do Império, as Assembléias de província, o Ministério, o Gabinete, os seus instrumentos. Em virtude do sistema eleitoral vigente, baseado na renda, a política era privativa da classe dos senhores da terra e de escravos e de alguns elementos ligados à classe comercial. Ficavam sem direito de representação a classe trabalhadora e a classe média na sua maioria”.

Com a intensificação das mudanças ocorridas a partir de 1870 o regime deixara de atender às necessidades de parcelas importantes da sociedade. Na última fase multiplicaram-se os pontos de atrito: a questão religiosa, a questão militar, a abolição.

Se as classes dominantes estivessem unidas as reivindicações da classe média não teriam encontrado ressonância. As divergências que dividiam as classes senhoriais facilitaram a concretização do movimento.

A idéia republicana que sempre esteve presente nos movimentos ocorridos antes e depois da Independência mas que fôra defendida apenas pela elite dos letrados, não encontrando até então condições para se impor, dada a debilidade da classe média, pôde enfim concretizar-se.

Na opinião de Nelson Werneck Sodre, a república foi resultado da “eclosão das alterações que se vinham processando e que alcançaram em determinadas circunstâncias as condições para aflorar e compor-se num conjunto político



capaz de realizar a liquidação do regime e a sua substituição por um outro mais flexível e mais apto a permitir a longa e difícil acomodação de uma estrutura econômica ainda profundamente colonial, embora os fatores de progressos estivessem evidentes, ao surto do imperialismo que, por toda parte, rompia as barreiras e transpunha os obstáculos que se antepunham ao seu pleno desenvolvimento” (80). As alterações que se introduzem a partir de então refletem o “extraordinário esforço de adaptação das condições internas, às condições externas, de uma capitalização em início a um processo capitalista que atinge a sua etapa imperialista. Com a República a estrutura colonial de produção atinge o apogeu”.

Comparando-se esta versão com as primeiras versões sobre a República verifica-se que naquelas avultavam os homens que participaram do movimento e os episódios que culminaram com a proclamação da República, enquanto na versão de Nelson Werneck Sodré, uns e outros praticamente desapareceram. Não é um relato, mas uma interpretação que o autor faz, rejeitando deliberadamente a visão personalista dos fatos.

A história é uma ciência social, diz ele na introdução de um de seus livros, “seu objeto é o conhecimento do processo de transformação da sociedade ao longo do tempo. Da sociedade, não dos indivíduos — o fato isolado, o caso único, o episódio irrepetível não são susceptíveis de tratamento científico — não pertencem ao domínio da história”.

Seu livro, como ele próprio afirma não é obra de mera especulação, é obra engajada, derivada de uma posição política e sobretudo da necessidade de rever a História do país a partir de uma nova perspectiva. Não se trata de um trabalho de pesquisa, baseia-se em geral na bibliografia existente sobre o assunto, o que prejudica suas interpretações. O mesmo sucede, aliás, à maioria dos estudos revisionistas que têm aparecido ultimamente. Partindo de novos ângulos de abordagem e de novas formulações metodológicas procuram interpretar fatos já conhecidos utilizando dados fornecidos por historiadores e cronistas que nem sempre procedem de maneira científica, como tivemos ocasião

(80) Nelson Werneck Sodré. “Formação Histórica...”, cit., pág. 299.

de verificar a propósito do movimento republicano. As novas interpretações são prejudicadas pela falta de base documental. Isso não impede, entretanto, que contenham valiosas sugestões e hipóteses de trabalho.

A obra de Leôncio Basbaum alinha-se também entre as que se tem escrito sob a influência do materialismo histórico. Inicia com uma epígrafe que deixa claro os motivos que o levaram a escrever a "História *sincera* da República": "Os historiadores têm até aqui interpretado o Brasil de várias maneiras. Trata-se agora de transformá-lo" ⁽⁸¹⁾.

Dedica todo um volume à análise das origens da República, introduzindo algumas correções às idéias de Nelson Werneck Sodré, embora siga, em linhas gerais, a mesma orientação. Na sua opinião a monarquia nasceu condenada trazendo consigo os germes de sua ruína: o latifúndio, as relações feudais de produção e o escravismo. Desde 1850 quando cessa o tráfego a classe que dominava o país, a aristocracia do açúcar, está em decadência. Uma nova aristocracia surgia, entretanto, a aristocracia do café, mais rica, mais poderosa, mais agressiva e sua intervenção na vida política do país conduziria à República. A decadência da aristocracia açucareira é a causa fundamental da ruína do Império e do advento da República. Outra causa do debilitamento do regime monárquico é a idéia federalista. Para a queda da Monarquia contribuíram também as campanhas movidas contra a família imperial sob alegação de que a coroa sempre hesitara em dar uma solução à questão servil e abusara do poder pessoal e ainda o escasso prestígio do marido da Princesa Izabel, provável sucessora do trono, a quem faltava igualmente o apoio popular. Ao lado dessas causas imediatas de menor importância sobrelevam três outras de importância maior: a abolição, a questão religiosa e a questão militar em virtude das quais o regime perdeu os três pilares em que se apoiava: a aristocracia rural do café, a Igreja, e as forças armadas.

As classes escravistas: os fazendeiros de café e alguns renitentes senhores de engenho abandonaram o Imperador e se puseram contra a Monarquia depois da Abolição. A

(81) Leôncio Basbaum é autor de um estudo sobre o método histórico intitulado "O processo evolutivo da História" (Editôra Edagitt, São Paulo, 1963, 310 págs.).

questão religiosa é menos significativa. Para Basbaum, ao contrário do que afirma Nelson Werneck Sodré, os padres não constituíram uma categoria a parte e seu comportamento não se diferenciava dos demais: alguns participaram de movimentos revolucionários, e foram abolicionistas, enquanto outros, que constituíram a maioria, procuraram a vida cômoda das fazendas, casavam, constituíam família, tinham escravos e lutavam por eles. Jamais a Igreja apoiou o trono, nem este jamais buscou seu apoio e embora os incidentes havidos entre a Igreja e o Trono criasse entre os dois poderes um abismo intransponível, a falta de apoio da Igreja não influiu muito no ânimo do povo cujo catolicismo era débil. Os representantes do clero refletiam menos o pensamento da Igreja do que o das classes a que perteciam. Por outro lado muitos monarquistas se haviam tornado republicanos por temerem o governo provavelmente clerical da Princesa Isabel, conhecida pela sua dedicação aos assuntos da Igreja e tida como profundamente beata. Todavia por menor que fôsse a influência da Igreja, e por maior que fôsse a hostilidade de certos meios anti clericais contra ela, o prestígio da Igreja era ainda bastante forte para lançar contra o trono boa parte da população ou pelo menos para torná-la indiferente aos destinos da Monarquia.

A terceira causa imediata que provoca a queda do Império, essa a seu ver bem mais positiva, é a perda do apoio militar em virtude de uma série de incidentes sem importância, mais de caráter disciplinar do que político, e inspirados pelo espírito de classe.

Depois de uma série de observações sobre as mudanças que ocorrem na estrutura econômica e social do país ao longo da segunda metade do século XIX, Leôncio Basbaum parece reabilitar a clássica explicação: os fatores da proclamação da República são em última análise: a questão religiosa, a questão militar e a abolição.

Observa, entretanto, com justeza, que o exército estava dividido. A afirmação vem sob certo aspecto contrariar a idéia de Nelson Werneck Sodré que considera o exército como representante das classes médias sem se preocupar com as diferenças que existem entre os oficiais superiores e os menos graduados. Diz Basbaum, entretanto, que em 1889 a massa dos soldados era recrutada entre a parte mais pobre da população e se constituía de negros, mulatos e mais ra-

ramente de brancos. Enquanto isso os oficiais provinham da classe média, eram filhos de oficiais ou pertenciam à aristocracia rural. O desnível social impedia que o exército formasse uma unidade, porisso é impossível falar no pensamento do exército como se ele agisse e pensasse como um todo. De major para cima a maioria das patentes era favorável à monarquia, enquanto os escalões inferiores inclinavam-se para a República. Diz entretanto que não foi o republicanismo de alguns oficiais de patentes mais baixas que provocou a questão militar e se o exército derrubou o Império não o fez por qualquer ideal político — queria apenas desafrontar supostas ofensas. A queda do Império ultrapassou seus objetivos. O exército não era de fato republicano, nem nas suas bases nem nas altas patentes e paradoxalmente: a República foi proclamada por um exército não republicano. Na realidade a Monarquia não foi derubada mas desmoronou em virtude de suas próprias fraquezas.

Refutando as teses mais recentes ⁽⁸²⁾ que consideram a propaganda promovida pelo partido Republicano como uma das causas primordiais da proclamação da República, diz que a idéia republicana não teve penetração nas massas que continuaram até o fim do Império mais monarquistas do que republicanas. Afirma ainda que não se pode dizer que faltasse à monarquia raízes na América, pois a tradição monárquica tinha pelo menos quatrocentos anos de história e não houve na história do Brasil movimentos que fossem especificamente republicanos. A idéia republicana estivera presente em todos eles apenas como um símbolo. Antes da Independência a república constituiu a aspiração natural dos que lutavam contra a exploração da metrópole, depois da Independência o móvel das lutas era o federalismo e não propriamente a República e esta idéia só aparecia como um símbolo nos momentos de crise, não correspondendo a uma aspiração verdadeira. Eram raros os indivíduos que consideravam a República o sistema político ideal para o Brasil.

A propaganda republicana não exerceu grande influência na queda do trono. Mesmo em São Paulo, onde havia um núcleo importante de fazendeiros republicanos, não ha-

82) George C. A. Boehrer, "Da Monarquia à República...", cit....

via pròpriamente simpatia pela República mas simpatia pelo poder.

São Paulo convertia-se na Província mais rica do país, o café era a maior riqueza nacional e todavia o Império continuava a ser dirigido e dominado pela moribunda aristocracia rural do açúcar. A oposição ao governo, e particularmente ao governo monárquico era pois uma tendência natural entre os paulistas. Enquanto em São Paulo o movimento republicano ganhava importância relativa controlando um quarto do eleitorado, no norte êle encontrava escassa ressonância, pois não só faltava nessas regiões a classe média que nas cidades do sul constituíam o grosso da massa republicana idealista, como os senhores da terra se confundiam com a própria monarquia e não tinham portanto nenhum interesse em ser republicanos. Por outro lado o número de escravos era reduzido nessa região e a abolição não trouxe perturbações econômicas ou repercussões políticas mais amplas.

Conclue que não havia no Brasil uma tradição republicana e que a afirmação em contrário é mais um dos falsos mitos que impregnaram a história. O fato de não haver sido a República uma aspiração popular se deve menos ao amor e respeito pela monarquia do que ao conteúdo vago do programa do Partido que não consultava os interesses populares, não traduzia reivindicações de caráter econômico, não tocava nos problemas da terra ou do trabalho, nem atendia às reivindicações burguesas. Baseando-se no estudo de Boehrer sobre o partido republicano, acentua que os republicanos nunca se estruturaram num partido único e estiveram sempre divididos por numerosas contradições. Divergindo das conclusões de Boehrer, conclue que a influência do partido republicano é mínima na proclamação da República. A Monarquia não foi derrubada, ela desmoronou.

Na tese de Basbaum há três observações importantes que contrariam sob certa forma o que afirmam outros autores. A primeira é que a questão religiosa é menos importante do que se tem dito e que o clero se identificou em geral, com as camadas dominantes. A segunda idéia igualmente importante é que o exército, à semelhança do clero, não é unânime e que não se pode compreender o seu comportamento se pretendermos considerá-lo como um todo. A terceira idéia que êle sugere e que nos parece extremamente

fecunda é que se a idéia republicana consubstanciava o sonho político de algumas camadas intelectualizadas da pequena burguesia urbana e alguns setores positivistas ou simplesmente descontentes do exército que viam na República a solução para todos os males, ela representou em São Paulo a aspiração dos fazendeiros de café que ambicionavam o poder. A república viria integrar no poder aquele setor das classes dominantes que sustentava economicamente o país e o instrumento desse poder seria durante trinta e seis anos o P.R.P.

A nova historiografia

Ao lado das interpretações sugeridas pelos autores marxistas, apareceram, nos últimos anos, uma série de monografias que forneceram dados valiosos para o estudo da história do Império e das Origens da República. Com o funcionamento das Faculdades de Filosofia, Sociologia e Política e Ciências Econômicas e Administrativas, que a partir de 1930 foram criadas no país os estudos históricos receberam novo impulso. Trabalhos de pesquisa realizados segundo critérios científicos ofereceram subsídios para o estudo da História.

Por outro lado o interesse que o Brasil tem despertado no estrangeiro, principalmente nos Estados Unidos, motivou o aparecimento de algumas obras importantes sobre o assunto. Surgiram assim nos últimos anos uma série de estudos sobre aspectos econômicos, sociais e ideológicos do Império e da República, possibilitando o aparecimento de uma nova versão sobre as origens da República no Brasil ⁽⁸²⁾.

(82) Entre os estudos mais recentes destaca-se o minucioso trabalho de G. Boehrer sobre o partido republicano (G. Boehrer, "Da Monarquia à República...", cit.). Sobre aspectos econômicos do Império: Stanley Stein, "Grandeza e Decadência do Café", São Paulo, Editora Brasiliense, 1961; Stanley Stein, "The Brazilian Cotton Manufacture. Textile Enterprise in an Underdeveloped Area", Cambridge, Mass., 1957; Pierre Mombeig, "Pionniers et Planteurs de S. Paulo", Paris, 1958; Otávio Ianni, "As metamorfoses do Escravo", São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962; Fernando Henrique Cardoso, "Escravidão e Capitalismo no Brasil Meridional", São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962; Emilia Viotti da Costa, "Escravidão nas Áreas Cafeeiras: Aspectos econômicos, sociais e ideológicos da desagregação do sistema escravista", São Paulo, 1964; Nícia Vilela Luz, "A luta pela industrialização do Brasil", São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962. Sobre o mecanismo político partidário no Império: "Teoria e Ação no Pensamento Abolicionista", São Paulo, 1961; José Maria dos Santos, "Os republicanos paulistas e a Abolição", São Paulo, 1942; José Maria dos Santos, "Bernardino de Campos e o partido republicano paulista. Subsídios para a História da República", Rio de Janeiro,

Mais de setenta anos decorreram desde a proclamação da República e a história das origens da República tem sua própria história. O retrato que os historiadores traçaram dos acontecimentos variou através do tempo. Fatos reputados importantes pelos contemporâneos foram aos poucos esquecidos ou deixados num segundo plano e aspectos que não mereceram atenção por ocasião da proclamação da República foram considerados fundamentais pelos historiadores.

Nas primeiras crônicas, escritas sob a impressão direta dos acontecimentos as interpretações foram deformadas pela parcialidade dos observadores. Engajados no processo que estavam descrevendo os cronistas raramente dispunham da perspectiva necessária para interpretar os acontecimentos; isso só se tornou possível com o desenrolar do processo histórico. A maioria dos observadores não ia além das aparências. Estavam de tal forma colados à realidade presente que apenas percebiam os sucessos mais próximos. Incapazes de perceber a dinâmica do processo que estavam vivendo e não dispoñdo da visão panorâmica necessária à compreensão dos fatos eram incapazes de estabelecer conexões e relações. Questões de somenos avultavam a seus olhos enquanto as tendências gerais do processo passavam despercebidas.

José Olympio, 1960. *Sobre o Positivismo e sobre história das idéias*: Ivan Lins, "História do Positivismo no Brasil", cit.; João Cruz Costa, "Contribuição à história das idéias no Brasil (O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional)", Rio de Janeiro, 1956; João Cruz Costa, "O positivismo na República (notas sobre a história do positivismo no Brasil)", São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1950; João Cruz Costa, "O desenvolvimento da filosofia no Brasil no século XIX", São Paulo, 1950; João Camilo de Oliveira Torres, "O positivismo no Brasil", Rio de Janeiro, 1943. Entre os estudos biográficos destaca-se o de Afonso Arinos de Melo Franco, "Um estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu tempo)", 3 vols. Rio de Janeiro, 1955; Humberto Bastos, "Rui o Ministro da Independência Econômica Nacional". Salienta-se ainda pela amplitude de informações sobre a burguesia brasileira o livro de Gilberto Freyre, "Ordem e Progresso", Liv. José Olympio Ed. Rio de Janeiro, 1959. Ainda sobre o partido republicano veja-se Willian José, "A Propaganda Republicana em Minas Gerais", Belo Horizonte, 1964. Alguns estudos relativamente recentes como o de José Maria Bello, "História da República (1889-1945)", 3.ª ed., São Paulo, 1956; Heitor Lira, "História da Queda do Império", 2 vols., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1964 e João Camilo de Oliveira Torres, "A democracia coroada", mantem-se mais ou menos prós aos versões tradicionais. Utilizando documentação até agora pouco explorada Heitor Lira escreve história que se mantém no nível do episódico e do circunstancial. Os aspectos estruturais, as transformações econômicas e sociais que se processam no país no decorrer da segunda metade do século XIX e suas conexões com o movimento de 1889 não são apontadas ou apenas ocasionalmente como fatores de segunda ordem. Baseando-se amplamente em documentação testemunhal é levado a endossar uma das versões tradicionais. Considera a República uma decisão de última hora, acentuando que ela resultou menos da ação dos republicanos do que do anti-monarquismo e da indiferença pela sorte da monarquia.

Alguns cronistas participaram diretamente dos principais acontecimentos. Outros informaram-se através da Imprensa, colheram dados sobre a conspiração, ouviram argumentos pró e contra a monarquia. Uns e outros tomaram partido a favor ou contra o movimento. Não é pois de estranhar que os relatos sejam contraditórios e estejam pontilhados de referências aos personagens mais em evidência na cena política ou se percam em minúcias que hoje nos parecem irrelevantes.

O grau de informação dos cronistas variava de um para outro. Estavam uns mais informados do que outros sobre a conspiração. Conheciam uns mais do que outros os bastidores da Monarquia. Uns frequentavam o Paço, outros reuniam-se nas salas dos jornais ou no clube militar. Uns tinham participado ativamente da derrubada do regime, outros se tinham esforçado até o último instante por preservá-lo. Havia ainda os que aderiram à última hora: os republicanos de quinze de novembro que precisavam justificar sua conversão à República. Cada um tinha a sua maneira de ver as coisas. Cada um tinha um motivo para escrever a crônica dos acontecimentos. Cada cronista elaborava sua própria versão dos fatos.

Os relatos que apareceram nesse período são frequentemente contraditórios, mantendo-se em geral no nível dos fatos aparentes, das opiniões confessas, dos mexericos, dos boatos, dos argumentos panfletários e polêmicos. Refletem as crenças, os ideais, os interesses dos vários grupos. Os monarquistas dão pouco relevo à ação do partido republicano, atribuindo grande importância ao levante militar, considerando a proclamação da república reflexo da indisciplina do exército. Idealizam a monarquia e criticam direta ou indiretamente o novo regime. Os republicanos, por sua vez, fazem crítica à monarquia e consideram a república a concretização de uma antiga aspiração nacional, correção necessária dos males do passado, e obra de um punhado de idealistas, que contou incidentalmente com o apoio do exército. Assim se escreveram as primeiras histórias da queda do Império, nas quais se misturam impressões pessoais, racionalizações e fatos objetivos.

Com o passar dos anos os fatos ficaram para trás. Uma nova geração apareceu em cena. As crises políticas multiplicavam-se. Civilistas e Militaristas disputavam o po-

der e os problemas sociais manifestavam-se através de conflitos e greves. Os historiadores reexaminaram a história da república a partir da nova realidade. Os escritores desta geração estavam menos comprometidos com o passado do que seus antecessores e puderam assim reconhecer a parcela de responsabilidade que cabia aos políticos do Império que não tinham sabido preservar a Monarquia contribuindo com suas críticas ao Poder Pessoal para a desmoralização do regime.

Impressionados com a presença constante dos militares na cena política desde 1889, os historiadores foram impelidos a acentuar a atuação dos militares na proclamação da república, atribuindo à questão militar o papel fundamental na queda do Império.

Durante muito tempo passavam mais ou menos desapercibidos a atuação dos fazendeiros paulistas na proclamação da República e os motivos que os impeliu a derrubar o regime. A correlação só começou a ser estabelecida pelos historiadores a partir de 1930 quando a oligarquia paulista entrou em declínio. Até esta data a maioria dos historiadores continuava a repetir as versões que circulavam em 1889. Utilizando documentos testemunhais limitavam-se a reproduzir o que fôra dito pelos cronistas. Alguns optavam pela versão monarquista, outros pela versão republicana. Os mais moderados tentavam acomodar as versões contraditórias.

As mudanças que se vinham operando no país desde 1889 não eram ainda nem tão amplas nem tão profundas que permitissem a revisão crítica das imagens tradicionais. Isso só se tornou possível a partir de 1930 quando se inaugurou um novo período na história do Brasil. De uma certa forma o passado continuava até aquela data demasiadamente presente, e os historiadores continuavam a encarar os fatos segundo a perspectiva tradicional.

A partir de então, a urbanização com seu cortejo de influências, o processo de industrialização, a ascensão da classe média, a formação do proletariado, o desenvolvimento do capitalismo e finalmente a crise da lavoura cafeeira modificaram as perspectivas do historiador que passou a enxergar no passado, fatos que até então haviam passado desapercibidos. Iniciou-se o processo revisionista da historiografia brasileira.

Autores marxistas utilizaram em suas análises novos critérios procurando estabelecer conexões entre as transformações econômicas e sociais do país e a mudança do quadro institucional. Por sua vez o desenvolvimento dos estudos de história econômica, o aparecimento de monografias sobre aspectos da história política e social do Império ofereceram novos elementos para compreensão das origens da República. Procurou-se fazer uma análise mais objetiva e racional dos acontecimentos.

A história deixou aos poucos de ser uma crônica dos episódios e das ações individuais, para se converter numa história interpretativa, deixando num segundo plano a ação dos indivíduos, ressaltando o papel dos grupos sociais, e o historiador em vez de se preocupar em expor os acontecimentos numa ordem cronológica, procurou relacionar as transformações políticas com as mudanças ocorridas na estrutura econômica e social do país. Abandonou o tom emocional das primeiras crônicas colocando-se num plano mais racional e científico, procurando enquadrar os fatos conhecidos em esquemas novos. O método teve a vantagem de atrair a atenção para aspectos que tinham passado despercebidos, abrindo novas perspectivas para a História. Alguns dos estudos realizados a partir das novas diretrizes metodológicas ressentem-se, entretanto, da ausência de pesquisa documental, limitando-se a utilizar dados já conhecidos, e que nem sempre foram obtidos segundo critérios científicos, refletindo apenas a apreciação apaixonada e parcial dos testemunhos.

Por outro lado, ao rejeitar o depoimento dos testemunhos, ao renunciar ao relato cronológico e episódico preferindo utilizar critérios mais ou menos sociológicos empregando categorias e modelos os historiadores são frequentemente levados a simplificar demasiadamente a realidade, despojando os fatos de sua historicidade. Fala-se em burguesia, em trabalhador livre, em oligarquia rural, mas não se verifica qual o grau de consciência das várias categorias sociais, quais seus interesses e ideais. A diversidade de modos de produção, os profundos contrastes que ainda marcam a paisagem brasileira em nossos dias não têm sido levados suficientemente em consideração.

Faltam pesquisas que permitam caracterizar nesse período o que é classe média, ou burguesia, qual sua impor-

tância relativa, qual sua participação nos movimentos políticos qual o comportamento das camadas rurais, quais as diferenças que separam o senhor do engenho e o usineiro, o fazendeiro de café do Vale do Paraíba e o fazendeiro de café do Oeste Paulista, o trabalhador urbano e o trabalhador rural. Qual o estilo de vida, quais os interesses, qual a ideologia que professam, como se comportam perante os problemas políticos, qual a opinião que têm a propósito de questões tais como a reforma eleitoral, ensino livre, a influência da Igreja e do Estado, a abolição, a industrialização, política financeira e tantos outros problemas que foram propostos durante o Império. É preciso ainda conhecer quais os ideais dos vários grupos que se associaram ao proclamar a República, quais as contradições que os dividem. Essas e muitas outras questões aguardam novas pesquisas que permitam estudar em bases mais sólidas as origens da República.

O verdadeiro revisionismo da história brasileira será feito a partir do momento em que a pesquisa venha testar as novas teorias. O conhecimento da história da historiografia é essencial como etapa preparatória, para que o pesquisador possa ter consciência tanto da imprecisão dos limites que separam a lenda da história, quanto das vinculações que existem entre o historiador e sua época para que possa dar enfim às investigações caráter mais científico, integrando e superando as imagens que os intérpretes da história republicana construíram sucessivamente através do tempo.